



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 45.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borisatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Doutor Rosinha, Jocelito Canto e Renato Adur (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 030/95

Curitiba, 25.05.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do art. 87, inciso XIX, da Carta Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, no

montante de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

A medida legal objeto da proposta ora formulada, consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda e consulta aos superiores interesses da Administração, pois o pretendido aumento de capital virá ensejar ao Banco do Estado do Paraná, condições no sentido de que essa tradicional instituição financeira estadual seja mais competitiva e melhor estruturada e, assim, ter maior ação e presença diante da atual conjuntura econômica.

Com tal reforço em sua capacidade financeira, não há qualquer sombra de dúvida de que o BANESTADO poderá ampliar significativamente sua capacidade para realizar bem maior volume de operações, com rentabilidade e liquidez plenas. Poderá, também, o BANESTADO, privilegiar financiamentos de capital de giro a empresas que necessitem de suporte financeiro, até para cumprimento de obrigações fiscais para com o erário estadual, o que demonstra, inequivocamente, a alta abrangência dos benefícios que serão advindos com a aprovação da medida em causa.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a subscrever o aumento do capital social do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, no montante de até R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

Parágrafo Único - No cumprimento desta lei, o Poder Executivo subscreverá as ações de forma a que fiquem sob controle do Estado mais de 50% das ações ordinárias, com direito a voto.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Estado as alterações necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 031/95

Curitiba, 25.05.95.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual nº

11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa que expediu o Decreto nº 524, de 15 de março de 1995.

O referido decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução de convênios assinados em 1994, entre a Secretaria de Estado da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e com a Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

DECRETO N° 524

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10, inciso

ciso III da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 15.03.95.

174° da Independência e 107° da República.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO Nº 524		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO
I	I	I DA	IFTIDI		IPROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
I 3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I
I 2161	IDESENVOLVIMENTO DO ENSINO	I	I I I		I
I	IFUNDAMENTAL E DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	IPRE-ESCOLAR	I 3121.00	I07ILI	720.000	I0230
		T O T A L		720.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO Nº 524		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO
I	I	I DA	IFTIDI		IPROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
I 3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I
I 2161	IDESENVOLVIMENTO DO ENSINO	I	I I I		I
I	IFUNDAMENTAL E DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	IPRE-ESCOLAR	I 4121.00	I07ILI	720.000	I0230
		T O T A L		720.000	I

Curitiba, 25.05.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.557.250,00 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com obras de recuperação das instalações do Centro Cultural Teatro Guaíra.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.557.250,00 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei e alterado o Programa de Obras conforme Anexo IX.

Art. 4° - A abertura do presente crédito suplementar tem por finalidade angariar recursos orçamentários necessários para as obras de recuperação das instalações do Centro Cultural Teatro Guaíra.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I			FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I		INATUREZA I DA DESPESA I			VALOR	IN.DO I PROC ICOP
20 I SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA I		I	I	I I I		I
2902 I GABINETE DO SECRETARIO - I		I	I	I I I		I
2125 I IDENTIDADES VINCULADAS I		I	I	I I I		I
2125 I PROGRAMACAO A CARGO DO CENTRO I		I	I	I I I		I
2125 I CULTURAL TEATRO GUAIRA I		I	3211.03	I 00 I I I	1.557.250	I 0505
		T O T A L I			1.557.250	I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO A LEI NO.		A N E X O I I			FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I		INATUREZA I DA DESPESA I			VALOR	IN.DO I PROC ICOP
0900 I CHEFIA DO PODER EXECUTIVO I		I	I	I I I		I
0902 I GABINETE DO SECRETARIO - I		I	I	I I I		I
1003 I IDENTIDADES VINCULADAS I		I	I	I I I		I
1003 I INVESTIMENTOS PARA PRODUCAO E I		I	I	I I I		I
1003 I DISTRIBUICAO DE ENERGIA - COPEL I		I	4140.00	I 20 I I I	1.557.250	I 0505
		T O T A L I			1.557.250	I

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I		FL. 02		I	
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00		I	
I CODIGO I		ESPECIFICACAO		VALOR		I PROCI	
I I		I INATUREZA I DA IFT I IRI				I IN.DOI	
I I		I I				I I	
I 00		I SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -				I I	
I		I ENTIDADES VINCULADAS				I I	
I		I				I I	
I 3066		I CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA -				I I	
I		I CCTG				I I	
I 2131		I ADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DO				I I	
I		I TEATRO GUAIRA		I 3132.12 I 00 I I I		I 1.557.250 I 0505 I	
		T O T A L I		I 1.557.250 I			

I CANCELAMENTO		A N E X O I V		FL. 02		I	
I DA DESPESA ANEXO A LEI NO.				RS 1,00		I	
I DIGO I		ESPECIFICACAO		VALOR		I PROCI	
I I		I INATUREZA I DA IFT I IRI				I IN.DOI	
I I		I I				I I	
I 1000		I CHEFIA DO PODER EXECUTIVO -				I I	
I		I ENTIDADES VINCULADAS				I I	
I		I				I I	
I 1049		I COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -				I I	
I		I COPEL				I I	
I 1850		I GERACAO, TRANSMISSAO,				I I	
I		I DISTRIBUICAO DE ENERGIA E NOVAS				I I	
I		I ALTERNATIVAS DE APROVEITAMENTO				I I	
I		I ENERGETICO		I 4110.00 I 20 I I I		I 1.557.250 I 0505 I	
		T O T A L I		I 1.557.250 I			

I ACRESCIMO		A N E X O V		FL. 03		I	
I RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00		I	
I CODIGO I		ESPECIFICACAO		VALOR		I PROCI	
I I		I FT I				I I	
I 1113.02.00		I IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A		I 00 I		I 1.557.250 I 0505 I	
I		I CIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE		I I		I I	
I		I TRANSP.INTEREST.E INTERMUN. E DE		I I		I I	
I		I COMUNICACAO		I I		I I	
		T O T A L I		I 1.557.250 I			

I REDUCAO		A N E X O V I		FL. 03			
I RECEITA CENT ANEXO A LEI NO.				RS 1,00			
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I	PROCI	I
I 2119.02.00	I	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I 20 I	1.557.250	I	0505	I
I	I	IVINCULADAS	I I		I	I	I
T O T A L			I	1.557.250	I		I

I ACRESCIMO		A N E X O V I I		FL. 04			
I DA RECEITA ANEXO				RS 1,00			
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I	PROCI	I
I	I	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -	I I		I	I	I
I	I	IENTIDADES VINCULADAS	I I		I	I	I
I	I	I	I I		I	I	I
I	I	ICENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA - CCTG	I I		I	I	I
I 17.2.49.00	I	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I 00 I	1.557.250	I	0505	I
T O T A L			I	1.557.250	I		I

I REDUCAO		A N E X O V I I I		FL. 04			
I DA RECEITA ANEXO A LEI NO.				RS 1,00			
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I	PROCI	I
I	I	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I I		I	I	I
I	I	IVINCULADAS	I I		I	I	I
I	I	I	I I		I	I	I
I	I	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I I		I	I	I
I	I	ICOPEL	I I		I	I	I
I 2 1.20.00	I	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I 20 I	1.557.250	I	0505	I
I	I	IVINCULADAS	I I		I	I	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I X		FL. 05			
I DAS OBRAS ANEXO				RS 1,00			
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I	PROCI	I
I 1000	I	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I I		I	I	I
I	I	IVINCULADAS	I I		I	I	I
I 1049	I	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I I		I	I	I
I	I	ICOPEL	I I		I	I	I
I 1850	I	IGERACAO, TRANSMISSAO, DISTRIBUICAO DE	I I		I	I	I
I	I	I ENERGIA E NOVAS ALTERNATIVAS DE	I I		I	I	I
I	I	I APROVEITAMENTO ENERGETICO	I I		I	I	I
I 0001	I	ICONSTRUIR HIDRELETRICA DE CAXIAS	I T I	1.557.250	I	0505	I
T O T A L			I T I	1.557.250	I		I
			I O I			O I	

T O T A L I 1.557.250 I

MENSAGEM N° 033/95

Curitiba, 25.05.95

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa de que o Poder Executivo, com base em autorização prescrita na referência legal retromencionada, baixou e fez publicar o Decreto n° 677, de 26 de abril de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. através da cópia anexa à presente Mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária ao convênio firmado com o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MARA, para a execução do Programa de Defesa Sanitária Animal desenvolvido pela SEAB.

Na oportunidade reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

DECRETO N° 677

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual,

e da autorização contida no artigo 10, incisos III e VI da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III deste Decreto.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos 1° e 2°, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexos IV, V e VI, deste Decreto.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 26.04.95

174° da Independência e 107° da República

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

FRIC KERIN

Secretário de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral em exercício

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.		RS 1,00	
		677			
I	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN.DO
CODIGO I		I DA	IFTIDI		IPROC
I		IDESPESA	I IRI		ICOP
3900	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I
I		I	I I I		I
3903	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I
2200	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I
	ISEAB	I	3121.00 I 07 I I I	385.000	I 0345
I		I	3132.15 I 07 I I I	205.000	I 0345
I		I	4121.00 I 07 I I I	200.000	I 0345
		T O T A L I		790.000	I

A Diretoria Legislativa.

CANCELAMENTO
DA DESPESA

A N E X O
ANEXO AO DECRETO NO.

677

FL. 01
RS 1,00

CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	FT I	IL I	VALOR	IN.DO I
I		DESPESA I	IRI				IPROC
3900	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I		I	I I		I
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I		I	I I		I
3902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I		I	I I		I
	I ENTIDADES VINCULADAS	I		I	I I		I
2195	I PROGRAMACAO A CARGO DO IAPAR	I	4311.01	I	20 I I	790.000	I 0345
T O T A L I						790.000	I

CANCELAMENTO
DA DESPESA

A N E X O
ANEXO AO DECRETO NO.

677

FL. 02
RS 1,00

CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	FT I	IL I	VALOR	IN.DO I
I		DESPESA I	IRI				IPROC
4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I		I	I I		I
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I		I	I I		I
	I ENTIDADES VINCULADAS	I		I	I I		I
4082	I INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA -	I		I	I I		I
	I IAPAR	I		I	I I		I
1045	I SISTEMA METEOROLOGICO DO PARANA -	I		I	I I		I
	I SIMEPAR - IAPAR	I	4121.00	I	20 I I	790.000	I 0345
T O T A L I						790.000	I

ACRESCIMO

RECEITA CENT ANEXO AO DECRETO NO.

A N E X O

677

FL. 03
RS 1,00

CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	FT I	VALOR	I PROC
1762.01.00	ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	07 I	590.000	I 0345
2462.01.00	ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I	07 I	200.000	I 0345
T O T A L I					790.000 I

REDUCAO

RECEITA CENT ANEXO AO DECRETO NO.

A N E X O

677

FL. 03
RS 1,00

CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	FT I	VALOR	I PROC
2119.02.00	I OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I	20 I	790.000	I 0345
	I VINCULADAS	I	I		I
T O T A L I					790.000 I

A Diretoria Legislativa.

REDUÇAO DA RECEITA		ANEXO VI		FL. 04	
ANEXO AO DECRETO NO. 677				RS 1,00	
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
		ISECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E	I		I
		IDO ABASTECIMENTO - ENTIDADES	I		I
		IVINCULADAS	I		I
		I	I		I
		IINSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA - IAPARI	I		I
2412.20.00		IOPERACOES DE CREDITO INTERNAS	I	20	I
		IVINCULADAS	I		I
TOTAL			I		I
					790.000

MENSAGEM N° 034/95

Curitiba, 25.05.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.669.500,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com obras, ampliações, adaptações, reparos e melhorias em Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, mediante convênios e parcerias com diversos municípios do Estado do Paraná.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 2.669.500,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo anterior, fica alterado o Programa de Obras, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		ANEXO I		FL. 01	
				RS 1,00	
CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
		INATUREZA	I	DA	I
		DA DESPESA	I	FT	I
		IN	I	FT	I
		IN	I	FT	I
3100		ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I		I
		IPUBLICA	I		I
		I	I		I
3104		IDEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	I		I
1020		IINVESTIMENTOS PARA A POLICIA	I		I
		ICIVIL	I		I
TOTAL			I		I
					2.669.500

A Diretoria Legislativa.

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO				RS 1,00	
I		I		I			
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DO
I	I	IDESPESA	I	IRI			IPROCE
I	I	I	I	I	I		ICOP
I 100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I	I	I		I
I	IPUBLICA	I	I	I	I		I
I	I	I	I	I	I		I
I 3104	IDEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	I	I	I	I		I
I 1020	IINVESTIMENTOS PARA A POLICIA	I	I	I	I		I
I	ICIVIL	I 3132.12	I00	ILI		622.230	I0201
I	I	I 4110.00	I00	ILI		2.047.270	I0281
T O T A L						2.669.500	J

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I I		FL. 02		I	
I DAS OBRAS		ANEXO				RS 1,00		I	
-----		*-----*		*-----*		*-----*		*-----*	
I	CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	ET	I	VALOR	IPROCI	I
-----		*-----*		*-----*		*-----*		*-----*	
I	3100	I	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I	I		I	I
I		I	IPUBLICA	I	I	I		I	I
I	3104	I	IDEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	I	I	I		I	I
I	1020	I	IINVESTIMENTOS PARA A POLICIA CIVIL	I	I	I		I	I
I	0001	I	ICONSTRUIR O QUARTO DISTRITO POLICIAL	I	T	I	262.280	I0281	I
I		I	IDE CURITIBA	I	I	I		I	I
I	0002	I	ICONSTRUIR O QUINTO DISTRITO POLICIAL	I	T	I	262.280	I0281	I
I		I	IDE CURITIBA	I	I	I		I	I
I	0005	I	ICONSTRUIR O SEGUNDO BLOCO DA DELEGACIA	I	T	I	78.530	I0281	I
I		I	IDE PINHAIS	I	I	I		I	I
I	0006	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	53.340	I0281	I
I		I	IPIRAQUARA	I	I	I		I	I
I	0007	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM RIO	I	T	I	132.090	I0331	I
I		I	INEGRO	I	I	I		I	I
I	0008	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	31.420	I0331	I
I		I	ITUNAS DO PARANA	I	I	I		I	I
I	0011	I	ICONSTRUIR CELAS E GUARITAS NA	I	T	I	17.440	I0281	I
I		I	IDELEGACIA DE POLICIA DE IVAIPORA	I	I	I		I	I
I	0012	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM MATOI	I	T	I	31.420	I0281	I
I		I	IRICO	I	I	I		I	I
I	0013	I	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA 13A.	I	T	I	8.140	I0281	I
I		I	ISUBDIVISAO POLICIAL DE PONTA	I	I	I		I	I
I		I	IGROSSA	I	I	I		I	I
I	0016	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	116.720	I0331	I
I		I	ITEIXEIRA SOARES	I	I	I		I	I
I	0017	I	ICONSTRUIR NOVA SEDE DA 4A. SUBDIVISAO	I	T	I	262.280	I0331	I
I		I	IPOLICIAL DE UNIAO DA VITORIA	I	I	I		I	I
I	0019	I	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA	I	T	I	1.800	I0281	I
I		I	IDELEGACIA DE ABATIA	I	I	I		I	I
I	0020	I	ICONSTRUIR ALOJAMENTO NA DELEGACIA DE	I	T	I	12.280	I0281	I
I		I	IALVORADA DO SUL	I	I	I		I	I
I	0021	I	ICONSTRUIR MUROS NA DELEGACIA DE	I	T	I	7.720	I0281	I
I		I	IPOLICIAL DE AMAPORA	I	I	I		I	I
I	0022	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	31.420	I0281	I
I		I	IBRASILANDIA DO SUL	I	I	I		I	I
I	0023	I	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA	I	T	I	1.800	I0281	I
I		I	IDELEGACIA DE POLICIA DE	I	I	I		I	I
I		I	IGUAPIRAHA	I	I	I		I	I

CANCELAMENTO DAS OBRAS		ANEXO III			FL. 03 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC		
0024	ICONSTRUIR GUARITAS E SULARIO NA IDELEGACIA DE IBAITI	I	2.540	I0281		
0025	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM NOVO IITACOLMI	I	31.420	I0281		
0026	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE JABOITI	I	1.800	I0281		
0027	ICONSTRUIR ABRIGOS PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE JAPIRA	I	1.520	I0281		
0028	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE JOAQUIM TAVURA	I	1.000	I0281		
0029	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE IJUNDIAI DO SUL	I	1.800	I0281		
0030	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM IJURANDA	I	45.000	I0281		
0031	ICONSTRUIR SEDE DO INSTITUTO MEDICO ILEGAL EM LONDRINA	I	156.420	I0281		
0033	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE IPINHALAO	I	1.750	I0281		
0034	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE IPRESIDENTE CASTELO BRANCO	I	1.110	I0281		
0035	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM IRANCHO ALEGRE DO OESTE	I	31.420	I0331		
0036	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE IRIBEIRAO CLARO	I	1.790	I0331		
0037	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE IRIBEIRAO DO PINHAL	I	1.800	I0331		
0038	ICONSTRUIR CELAS PARA MENORES E IMULHERES NA DELEGACIA DE IROLANDIA	I	33.650	I0331		
0039	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE SALTO IDO ITARARE	I	1.800	I0331		
0040	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE SANTA IINES	I	810	I0331		
0041	ICONSTRUIR MURO E ABRIGO PARA VIATURAS INA DELEGACIA DE POLICIA DE SANTANA IDO ITARARE	I	2.520	I0331		
0043	ICONSTRUIR E MELHORAR A COZINHA, IGUARITA E ABRIGO DE VIATURAS NA IDELEGACIA DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	I	7.280	I0331		
0044	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM ISANTO ANTONIO DO PARAISO	I	31.420	I0331		
0045	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE SANTO IINACIO	I	1.740	I0331		
0046	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE SAO IJOSE DA BOA VISTA	I	1.800	I0331		
0047	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM SAO IHANDEL DO PARANA	I	31.420	I0331		
0048	ICONSTRUIR ABRIGO PARA VIATURAS NA IDELEGACIA DE POLICIA DE	I	3.810	I0331		

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I I		FL. 04	
I DAS OBRAS		ANEXO		CONTINUAÇÃO		RS 1,00	
I	CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR
I		I	ISIQUEIRA CAMPOS	I	I	I	
I	0049	I	ICONSTRUIR SOLARIO NA DELEGACIA DE	I	T	I	9.310
I		I	IPOLICIA DE TOMAZINA	I	I	I	
I	0050	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM VILAI	I	T	I	31.420
I		I	IALTA	I	I	I	
I	0053	I	ICONSTRUIR DUAS CELAS NA DELEGACIA DE	I	T	I	9.970
I		I	IPOLICIA DE CHOPINZINHO	I	I	I	
I	0057	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	31.420
I		I	IIGUATU	I	I	I	
I	0058	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	31.420
I		I	IIRACEMA DO OESTE	I	I	I	
I	0061	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	31.420
I		I	IMERCEDES	I	I	I	
I	0062	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	132.090
I		I	IPALMAS	I	I	I	
I	0065	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	31.420
I		I	IQUATRO PONTES	I	I	I	
I	0066	I	ICONSTRUIR DELEGACIA DE POLICIA EM	I	T	I	31.420
I		I	IRAMILANDIA	I	I	I	
T O T A L				I	T	I	2.047.270
				I	O	I	01

MENSAGEM N° 035/95

Curitiba, 25.05.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.225.816,00 (onze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais), aos vigentes orçamentos próprios do Departamento Estadual de Transportes Oficial, do Departamento Estadual de Arquivo Público, do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, da Biblioteca Pública do Paraná, do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, do Colégio Estadual do Paraná, do Instituto Agrônomo do Paraná, do Instituto Ambiental do Paraná, da Fundação de Ação Social do Paraná e do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávits financeiros apurados nos balanços patrimoniais no exercício de 1994, destas entidades.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa

Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$11.225.816,00 (onze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávits financeiros de unidades da Administração Indireta, apurados nos balanços patrimoniais no exercício de 1994 e constantes do Balanço Geral do Estado.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, ficam alterados os Demonstrativos da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		ANEXO		FL. 01 RS 1.00	
ANEXO					
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA IADMINISTRACAO - ENTIDADES IVINCULADAS	I	I I I		I I
2246	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE ITRANSORTE OFICIAL - DETO	I	I I I		I I
2098	IADMINISTRACAO DA FROTA DE IVEICULOS OFICIAIS	I	I I I	15.318	I0472I
2248	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO IPUBLICO - DEAP	I	I I I		I I
2099	IMANUTENCAO DOS SERVICOS DE IARQUIVO E MICROFILMAGEM	I	I I I	517	I0472I
	I	I	I I I	548	I0472I
2254	IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E IASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO IESTADO DO PARANA - IPE	I	I I I		I I
2102	IADMINISTRACAO GERAL E ASSISTENCIA IMEDICA AOS SEGURADOS DO IPE	I	I I I	1.500.000	I0472I
	I	I	I I I	120.000	I0472I
	I	I	I I I	40.000	I0472I
	I	I	I I I	1.500.000	I0472I
	I	I	I I I	200.000	I0472I
	I	I	I I I	180.516	I0472I
3000	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
3062	IRADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO IPARANA - TVE	I	I I I		I I
2129	IADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA IRADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO IPARANA	I	I I I	5.000	I0474I
	I	I	I I I	10.953	I0474I
3064	IBIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	I	I I I		I I
2130	IPOLITICA ESTADUAL DE LEITURA E IINFORMACAO PUBLICA	I	I I I	29.712	I0475I
3400	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
3470	IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I I I		I I
2165	IADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA IFUNDEPAR	I	I I I	50.000	I0486I
	I	I	I I I	300.000	I0486I
	I	I	I I I	150.000	I0486I
	I	I	I I I	100.000	I0486I
	I	I	I I I	20.000	I0486I
	I	I	I I I	30.000	I0486I
	I	I	I I I	100.000	I0486I
	I	I	I I I	50.000	I0486I
	I	I	I I I	700.000	I0486I
	I	I	I I I	861.667	I0486I

SUPLEMENTAÇÃO
DA DESPESA

ANEXO

A N E X O I

FL. 02
RS 1,00

-----		*-----*		*-----*		*-----*	
MODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I DA IDESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN.DO IPROC ICOP		
2166	IINFRA-ESTRUTURA E APOIO LOGISTICO	I	I I I		I		
	IA REDE ESCOLAR E AO ESTUDANTE	I	4130.00I59ILI	2.000.000	I0486		
5472	ICOLEGIO ESTADUAL DO PARANA	I	I I I		I		
2167	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I		
	IADMINISTRATIVA DO CEP	I	3121.00I59ILI	20.000	I0486		
	I	I	3132.15I59ILI	9.500	I0486		
	I	I	4121.00I59ILI	50.000	I0486		
	I	I	I I I		I		
4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I		
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I	I I I		I		
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I		
	I	I	I I I		I		
4082	IINSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA -	I	I I I		I		
	IIAPAR	I	I I I		I		
2206	IPESQUISA E DESENVOLVIMENTO	I	I I I		I		
	ITECNOLOGICO DE PRODUTOS E	I	I I I		I		
	IRECURSOS AGROPECUARIOS - IAPAR	I	3132.15I59ILI	429.754	I0344		
	I	I	I I I		I		
4600	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I		I		
	IAMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I		

4676	IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA -	I	I I I		I		
	IIAP	I	I I I		I		
1080	IPROGRAMA PARANA RURAL/BIRD -IAP	I	3111.04I59ILI	100.000	I0482		
	I	I	3121.00I59ILI	200.000	I0482		
	I	I	3132.15I59ILI	100.000	I0482		
2237	IADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS	I	I I I		I		
	IDE MEIO AMBIENTE, RECURSOS	I	I I I		I		
	IHIDRICOS, CARTOGRAFIA E FUNDIARIA	I	3111.02I59ILI	1.000	I0482		
	I	I	3111.04I59ILI	300.000	I0482		
	I	I	3121.00I59ILI	300.000	I0482		
	I	I	3131.01I59ILI	30.000	I0482		
	I	I	3132.02I59ILI	5.000	I0482		
	I	I	3132.03I59ILI	200.000	I0482		
	I	I	3132.06I59ILI	20.000	I0482		
	I	I	3132.07I59ILI	6.000	I0482		
	I	I	3132.11I59ILI	3.000	I0482		
	I	I	3132.15I59ILI	426.879	I0482		
	I	I	4121.00I59ILI	200.000	I0482		
	I	I	I I I		I		
6800	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA E	I	I I I		I		
	IASSUNTOS DA FAMILIA - ENTIDADES	I	I I I		I		
	IVINCULADAS	I	I I I		I		
	I	I	I I I		I		
6879	IFUNDACAO DE Acao SOCIAL DO PARANA	I	I I I		I		
	I- FASPAR	I	I I I		I		
2259	IACAO SOCIAL ATRAVES DE ENTIDADES	I	I I I		I		
	IGOVERNAMENTAIS E NAO	I	I I I		I		
	IGOVERNAMENTAIS	I	3223.02I59ILI	170.000	I0487		
	I	I	3231.02I59ILI	176.838	I0487		
	I	I	4121.00I59ILI	150.000	I0487		
	I	I	I I I		I		
7600	ISECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS	I	I I I		I		
	IPUBLICAS - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I		

A Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I		FL. 03 RS 1,00	
ANEXO					
I		I		I	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN.DO
I		DA I	IFT I		IPROC
I		IDESPESA I	IRI		ICOP
7687	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I I I		I
	ICONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO	I	I I I		I
	I- DECOM	I	I I I		I
2264	ICOORDENACAO E EXECUCAO DA	I	I I I		I
	I PROGRAMACAO DO DECOM	I	3121.00 I 59 I	130.000	I 0479
	I	I	3132.15 I 59 I	128.614	I 0479
	I	I	4121.00 I 59 I	75.000	I 0479
	I	I	4261.00 I 59 I	30.000	I 0479
		T O T A L I		11.225.816	I

ACRESCIMO DA RECEITA		A N E X O I I		FL. 04 RS 1,00	
ANEXO					
I		I		I	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I	FT I	VALOR	IPROC
	ISECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO	I	I		I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I		I
	I	I	I		I
	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE	I	I		I
	IOFICIAL - DETO	I	I		I
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I	59 I	15.318	I 0472
	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I		I
	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO	I	I		I
	IPUBLICO - DEAP	I	I		I
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I	59 I	517	I 0472
	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I		I
2590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I	59 I	548	I 0472
	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I		I
	IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	I	I		I
	IAOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANA -	I	I		I
	IIPE	I	I		I
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I	59 I	3.360.000	I 0472
	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I		I
2590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I	59 I	180.516	I 0472
	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I		I
	I	I	I		I
	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -	I	I		I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I		I

ACRÉSCIMO DA RECEITA	ANEXO	ANEXO II		FL 05 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR	PROC	
I	I	I	I	I	
I	IRADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO PARANA	I	I	I	
I	I- TVE	I	I	I	
I1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	15.953	I0474	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
I	IBIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	I I		I	
I259.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	29.712	I0475	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
I	I	I I		I	
I	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO -	I I		I	
I	IENTIDADES VINCULADAS	I I		I	
I	I	I I		I	
I	IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I I		I	
I	IEUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I I		I	
I1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	1.500.000	I0486	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
I2590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	2.861.667	I0486	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
		* * *			
I	ICOLEGIO ESTADUAL DO PARANA	I I		I	
I1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	29.500	I0486	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
I2590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	50.000	I0486	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
I	I	I I		I	
I	ISECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E	I I		I	
I	IDO ABASTECIMENTO - ENTIDADES	I I		I	
I	IVINCULADAS	I I		I	
I	I	I I		I	
I	IINSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA - IAPARI	I I		I	
I1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	429.754	I0344	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
I	I	I I		I	
I	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	I I		I	
I	IENTIDADES VINCULADAS	I I		I	
I	I	I I		I	
I	IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP	I I		I	
I1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	1.691.879	I0482	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
I2590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	200.000	I0482	
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I I		I	
I	I	I I		I	
I	ISECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA E	I I		I	
I	IASSUNTOS DA FAMILIA - ENTIDADES	I I		I	
I	IVINCULADAS	I I		I	
I	I	I I		I	

ACRÉSCIMO DA RECEITA		ANEXO II		FL. 05 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR	PROC	
I	IFUNDACAO DE ACAO SOCIAL DO PARANA -	I	I	I	I
I	IFASPAR	I	I	I	I
I15	.05.59ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	346.838	I0487I	I
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I	I	I
I2590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	150.000	I0487I	I
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I
I	ISECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PUBLICAS	I	I	I	I
I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I
I	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUCAO,	I	I	I	I
I	IDE OBRAS E MANUTENCAO - DECOM	I	I	I	I
I1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	258.614	I0479I	I
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I	I	I
I2590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	105.000	I0479I	I
I	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I	I	I
-----		*-----*	*-----*	*-----*	*-----*
T O T A L		I	11.225.816	I	

MENSAGEM N° 036/95

Curitiba, 25.05.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Ednilson Ribeiro Portugal, o lote n° 06, do Imóvel Corumbataí, situado no Município de Pitanga, com área de 112,5492 ha.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação Federal e Estadual que regulam tal matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.406.010-3/92-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, in-

clusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 037/95

Curitiba, 25.05.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Chopinzinho, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no quadro urbano daquele município, constituído pelo lote n° 09, da quadra n° 55, com área de 1.200,00 m² (hum mil e duzentos metros quadrados), sem benfeitorias, devidamente matriculado sob n° 6.687, no Cartório de

Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho, com as metragens e confrontações que especifica.

A área em referência foi recebida em doação pelo Estado do Paraná, feita pelo próprio município no ano de 1964, para utilização pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER. O imóvel em questão não foi aproveitado pelo DER, o qual tem seu respectivo núcleo rodoviário instalado em outro imóvel também havido em doação daquela municipalidade.

A Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, tendo consultado os diversos órgãos estaduais, presta a informação de que não há interesse na ocupação do aludido imóvel.

Cabe, ainda, ressaltar que no texto do anteprojeto constam dispositivos expressos no sentido de que o donatário deverá cumprir estritamente as finalidades a que se destina o imóvel, ou seja, a instalação de órgãos municipais, no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de sua automática reversão ao patrimônio do Estado. Fica, também, o referido bem, gravado com cláusula de inalienabilidade, condição resolutiva que deverá constar da respectiva escritura.

Por último, vale salientar que o plano de lei ora submetido a exame e apreciação dessa augusta Casa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, face à prevista destinação do imóvel.

Certo de que a medida proposta merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Chopinzinho, o imóvel constituído pela área de terras com 1.200,00 m² (hum mil e duzentos metros quadrados) situada no quadro urbano daquele município, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 6.687, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho, com as seguintes medidas e confrontações: partindo de um marco colocado à margem sul da Avenida Getúlio Vargas, na divisa do lote nº 10, segue no rumo 50°06'SO, dividindo com a Avenida Getúlio Vargas onde mede 24,00 metros; daí, segue no rumo 39°54'SE, dividindo com o lote nº 08, com 50,00 metros; daí, segue no rumo 50°06'NE, dividindo com o lote nº 19, com 24,00 metros; daí, segue no rumo de 30°54'NO, dividindo com o lote nº 10,

Curitiba, quarta, em 31.05.95

com 50,00 metros, onde chega-se ao ponto de partida.

Art. 2º - No imóvel a que se refere esta lei, o donatário deverá, no prazo máximo de dois anos, concluir obras para instalação de órgãos municipais, ficando o referido bem gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de automática reversão ao patrimônio do Estado, caso descumpridas tais condições, independentemente de quaisquer futuras indenizações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 151/95, do Senhor André D. B. Parra - Diretor substituto da Delegacia Federal da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária no Paraná, comunicando a liberação dos recursos pertinentes ao 8º Termo Aditivo ao Convênio MAARA/SNAD/SEAB nº 286/88, celebrado com o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, objetivando o desenvolvimento dos serviços de saúde animal, conforme o Projeto de Controle das Doenças dos Animais, vinculado ao Contrato de Empréstimo, no valor de R\$ 789.754,00 (setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e quatro reais). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº ATG 0260/95, do Senhor Governador do Estado, encaminhando documentos referentes à prestação de Contas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, correspondente ao exercício de 1994. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 001/95, da Senhora Elizabete Castro, comunicando o resultado de Assembleia Geral e Extraordinária realizada no último dia 22 de março que elegeu, por unanimidade a nova Diretoria. A jornalista Elizabete Castro, do jornal O Estado do Paraná, foi eleita Presidente do Comitê. Os demais integrantes da Chapa são: 1º Vice - Roseli Abrão; 2º Vice - Sérgio Wesley; 1ª Secretária - Silvia Calciolari; 2ª Secretária - Carmem Murara e 3ª Secretária - Sônia Marques. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 001/95-CA, do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, comunicando que foi eleito Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, cabendo a vice-Presidência ao Deputado José Maria Ferreira. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 001/95, do Senhor Luis Roberto Dantas Bruel, encaminhando Declaração de Bens e Direitos de seu patrimônio, no momento em que assume o cargo de Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Gás. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 002/95, do Senhor Derly de Oliveira Bittencourt, encaminhando Declaração de Bens e Direitos de seu patrimônio, no momento em que assume o cargo de Diretor Técnico-Comercial da Companhia Paranaense de Gás. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 003/95, do Senhor Hermano Darwin Vasconcellos Mattos, encaminhando Declaração de Bens e Direitos de seu patrimônio, no momento em que assume o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia Paranaense de Gás. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° ATSEEG 0088/95, do Senhor Giovani Gionedis - Secretário de Estado do Governo, encaminhando Declaração de Bens da Diretoria do Banco do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 1188/95, do Senhor Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas, em cumprimento ao constante do item II da Resolução n° 3.728/95-TC, exarada pelo Plenário no protocolado sob n° 39.384/94-TC, referente à homologação do Quadro de Índices do ICMS, encaminha fotocópias das principais peças do processo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 107/DAF/594/GAB/95, do Senhor Omar Akel - Diretor Presidente da FAMEPAR, encaminhando Prestação de Contas e o Relatório das atividades do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, referente ao exercício de 1994. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 183/95, do senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações requeridas pelo Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "A Receita do IPVA". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 320/95, do Senhor Dante Belinati Guazzi - Secretário de Estado de Obras Públicas, em resposta ao Pedido de Informações requeridas pelo Deputado Angelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "O estado de construção da ponte sobre o Rio Paraná, na região de Porto Camargo". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 169/95, do Senhor Miguel Sa-

lomão - Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informação requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "empresas tomadoras de dinheiro do Banco do Estado do Paraná, na agência de Nova York". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob os n°s CTL/SEEG/077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090 e 091/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°s:

101/95: Do Tribunal de Justiça que, cria, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos, com a simbologia DAS-4, o qual convertido em lei tomou o n° 11.088. **Anote-se - Arquite-se.**

050/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.851.139,00 (hum milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e nove reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.089. **Anote-se - Arquite-se.**

051/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.090. **Anote-se - Arquite-se.**

019/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que, destina os recursos que menciona à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, especificamente para programas de assistência ao menor, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.091. **Anote-se - Arquite-se.**

010/95: De autoria do Deputado Nelson Tureck que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor José Pochapski, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.092. **Anote-se - Arquite-se.**

065/95: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santo Antonio do Caiuá, com sede e foro no Município de Santo Antônio do Caiuá, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.093. **Anote-se - Arquite-se.**

073/95: De autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Grupo Idade Dourada de Assaí, com sede e foro naquele município, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.094. **Anote-se.**

te-se - Arquivo-se.

Indicações:

077/95: De autoria do Deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos da Grande Vila Industrial, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.095. **Anote-se - Arquivo-se.**

022/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que, altera o parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.096. **Anote-se - Arquivo-se.**

011/95: De autoria do Deputado Nelson Tureck que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao empresário Dilmar Daleffe, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.098. **Anote-se - Arquivo-se.**

099/95: De autoria do Deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica Maranata de Desenvolvimento Assistencial, Educacional, e Cultural, com sede e foro na Cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.099. **Anote-se - Arquivo-se.**

095/95: De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque Monte Castelo, Vale das Flores e Jardim das Violetas, com sede e foro no Município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.100. **Anote-se - Arquivo-se.**

058/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.101. **Anote-se - Arquivo-se.**

094/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que, dá nova redação ao Art. 1º, da Lei nº 8423, de 21/11/86, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.102. **Anote-se - Arquivo-se.**

025/95: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe, em todo o território paranaense, a comercialização de brinquedos que disparem projéteis através de pressão, bem como aqueles com características de armas verdadeiras e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.097. **Anote-se - Arquivo-se.**

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, indica, os membros da Bancada do PMDB, para compor as vagas correspondentes, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantil, Durval Amaral e Ricardo Chab.

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Líderes das Bancadas que o presente subscrevem indicam os seguintes membros titulares para comporem a CPI da Prostituição Infantil no Paraná.

- 1 - Irineu Colombo (PT)
- 2 - Sérgio Spada (PP)
- 3 - Eduardo Trevisan (PTB)
- 4 - Durval Amaral (PMDB)
- 5 - Ricardo Chab (PMDB)
- 6 - Walmor Trentini (PDT)
- 7 - Carlos Simões (PFL)

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(aa) ANGELO VANHONI - Líder do PT

CAÍTO QUINTANA - Líder do PMDB

ROSSONI - Líder do PDT

SÉRGIO SPADA - Líder do PP

NELSON JUSTUS - Líder do PTB

ÉLIO RUSCH - Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições vem informar a participação do Partido dos Trabalhadores nas Comissões Parlamentares de Inquérito abaixo especificadas:

- 01) Porto de Paranaguá
Efetivo - Dr. Rosinha
Suplente - Péricles H. Mello
- 02) SANEPAR
Efetivo - Dr. Rosinha
Suplente - Ângelo Vanhoni
- 03) Bingo
Efetivo - Emerson Nerone
Suplente - Irineu Colombo
- 04) Prostituição Infantil
Efetivo - Irineu Colombo
Suplente - Emerson Nerone
- 05) Teleférico
Efetivo - Ângelo Vanhoni
Suplente - Péricles H. Mello

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) ANGELO VANHONI

Líder do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei Complementar n° 036/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, visto estar em Regime de Urgência e esgotado o prazo regimental.

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia na primeira sessão plenária do Projeto de Lei n° 185/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que propõe consolidar o Decreto n° 4007, de 14 de setembro de 1994. O projeto se encontra com Regime de Urgência vencido.

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que esta Assembleia ouça nesta sessão plenária os representantes dos bancários do BANESEADO e Caixa Econômica Federal.

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 1465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja autorizada, pela Comissão Executiva, a execução das determinações do uso do tabaco no recinto do Plenário, para que esta Casa participe, no dia de hoje, do Dia Mundial Contra o Fumo.

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Hoje, comemora-se o Dia Mundial Contra o Fumo. Curitiba e o Paraná unem-se às manifestações do restante do Planeta, instituídas pela Organização Mundial da Saúde para o Dia Mundial sem tabaco.

Segundo dados do Ministério da Saúde do Brasil, atualmente há um universo de 30 milhões de fumantes no País e que, por ano, 100 mil morrem por doenças causadas pelo cigarro.

No dia de hoje, em várias instituições, especialmente escolas, estão previstas manifestações em alusão à data, com campanhas de conscientização junto à população sobre os males que o fumo pode provocar, trabalho este, que deve ser a médio e longo prazo para prevenir e conscientizar a população fumante e não fumante sobre os males causados.

Os dados são alarmantes e se não tomarmos medidas imediatas para mudar este quadro trágico, nós legisladores, nos tornaremos cúmplices.

O cumprimento das leis que regulamentam a matéria deve iniciar nesta Casa criando um vínculo e dando exemplo importante com a participação da campanha anti-fumo.

Assim esperamos.

REQUERIMENTO N° 1480

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista José Pedro dos Santos, ocorrido ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

"Pedrinho", como era conhecido o jornalista, foi um dos mais destacados fotógrafos policiais do Paraná. Nascido em Guarapuava, começou sua carreira na década de 50, como auxiliar do Departamento Fotográfico da Tribuna do Paraná. Depois, já como repórter fotográfico, transferiu-se para a sucursal do Jornal "Última Hora", um dos mais importantes da década de 60. Passou pelo extinto Diário do Paraná e retornou para a Tribuna, onde se aposentou no ano passado.

Este Parlamentar é testemunha da dedicação e do amor que Pedrinho emprestava ao exercício profissional. Fomos companheiros de várias jornadas, grandes reportagens policiais, históricos "furos" do jornalismo paranaense - ele, com sua máquina e eu, com a caneta.

Começou a trabalhar num tempo em que o principal veículo de transporte na reportagem era a lambreta e o equipamento que

registrava as imagens era a máquina Rollei-flex, chamada de "caixão de abelha".

Enfrentou toda sorte de dificuldades, sem horário para trabalhar, acordava em meio à madrugada e corria para fazer a reportagem. Era um profissional exemplar, que só amizades reuniu ao longo da vida.

Casado com Dona Sônia Teixeira, deixa seis filhos e muita saudade, principalmente entre aqueles que tiveram o privilégio de privar do seu convívio.

REQUERIMENTO N° 1485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Ingrun Seyboth, ocorrido no último dia 29 de maio, na Cidade de Mal. Cândido Rondon.

A vida da Sra. Ingrun Seyboth foi construída sobre as mais duras pedras do sacrifício e se confunde com a história da microrregião de Mal. Cândido Rondon, destacando-se o seu pioneirismo com o esposo, o Médico Rupprecht Seyboth e filhos, quando a região começava a ser colonizada, na década de 50, para ali instalar um pequeno hospital, visando o atendimento das necessidades da nova comunidade.

Soma-se a seu pioneirismo no hospital, onde serviu como uma espécie de faz-tudo naqueles rudes tempos, o trabalho precursor dessa mulher na estruturação do ensino de Mal. Cândido Rondon. Do nada, ergueu pilastras de vanguarda na educação local e serviu com denodo como professora.

A Assembléa Legislativa do Paraná, ao expressar os seus sentimentos pelo passamento da Senhora Ingrun Seyboth, associa-se à dor de sua família e à de todos que tiveram a feliz oportunidade de compartilhar da amizade daquela que soube vencer à custa de inauditos esforços, visando sempre largos e límpidos horizontes.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência aos Srs. Dietrich e Dieter Seyboth, à Rua Mato Grosso, 640, Marechal Cândido Rondon - CEP: 85.960-000.

Sala das Sessões, em 31.05.95

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 1488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Albany Bussmann, ex-vice-Prefeita do Município de Rio Negro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enluta-

da, assim como ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rio Negro, Dr. Alceu Ricardo Swarowski.

Sala das Sessões, em 31.05.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 68 anos faleceu a Sra. Albany Bussmann, que foi vice-Prefeita da Cidade de Rio Negro no período de 01.02.73 à 31.01.77.

O passamento de Albany Bussmann, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Sua serva Albany.

A ex-vice-Prefeita, foi também uma zelosa funcionária pública municipal.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre a Sra. Albany e o descanso não terão fim desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família da Sra. Albany para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Sua serva Albany sob sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste para que possamos colher com fé e viver com amor o Ministério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bussmann, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 197/95

A Assembléa Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogado o parágrafo único do artigo 16 da Lei n° 9937, de 20 de abril de 1992.

Art. 2º - Fica restabelecida a redação anterior do inciso III e dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 140 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.95

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1992, revoga o inciso III e os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 140 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

A partir de então, o funcionário efetivo, quando da sua aposentadoria, não pode mais incorporar aos proventos as vantagens de cargo em comissão ou função gratificada.

Ora, é justo incorporar aos proventos de aposentadoria todos os ganhos de produtividade ou promoções alcançadas pelo funcionário. O exercício de cargo em comissão ou de função gratificada revela uma maior contribuição do funcionário ao serviço público.

Nosso projeto de lei, revogando o referido parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1992, procura restabelecer uma antiga e histórica conquista do funcionalismo do nosso Estado. Restabelecida a antiga legislação, acreditamos haverá maior estímulo para os funcionários que ocupam cargos em comissão ou função gratificada.

Esperamos poder contar com o apoio dos nobres Pares a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 198/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Irmãs Cavanis, com sede no Município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.95

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação Irmãs Cavanis é uma sociedade civil, de natureza beneficente, assistencial e sem fins lucrativos, fundada na Cidade de Castro em 01 de janeiro de 1992.

Suas principais finalidades estão relacionadas com a assistência a pessoas carentes, principalmente crianças e idosos. A Associação promove o desenvolvimento cultural e religioso da coletividade, através de iniciativas nas áreas de educa-

ção, saúde e promoção social em geral.

Presta ainda ajuda financeira ou pessoal a outras instituições beneficentes, de fins iguais ou semelhantes.

Os membros que compõem a Diretoria e todos os outros sócios não obtêm nenhum tipo de benefício econômico da referida Associação.

Portanto, torna-se urgente que a Associação Irmãs Cavanis seja declarada de Utilidade Pública, continuando assim com seu auxílio aos mais carentes.

PROJETO DE LEI Nº 199/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Papa Paulo VI, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.05.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Papa Paulo VI, teve seu estatuto alterado e aprovado em 31 de dezembro de 1981, e desde então vem honrando seu "slogan" de programa, substanciado no dizer: "A ambição de fazer o bem, não deve ter limites".

Incentivando a pesquisa de datas e acontecimentos relevantes para a compreensão mais clara de como se processa o relacionamento humano com a ordem política, social, econômica e cultural vigentes, a Fundação Papa João Paulo VI vem desenvolvendo, junto à comunidade, um aprimoramento substancial do convívio equilibrado entre os semelhantes.

Tais fatos, por si só justificam a presente proposição, pelo que, solicitamos o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE **Luiz Carlos Zuk**) - Antes de passarmos ao Pequeno Expediente, submeto ao Plenário Requerimento do ilustre Deputado Vanhoni, aonde solicita o Horário da Sessão de hoje após a Ordem do Dia para ouvirmos a palavra dos Senhores Sérgio Ataíde, do BANESTADO e Pedro Eugênio, da Caixa Econômica Federal. **Aprovado.**

Os ilustres visitantes se pronunciarão através das posições após a Ordem do Dia.

Com a palavra no Pequeno Expediente o ilustre Deputado César Seleme.

O SR. CESAR SELEME - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada visitante, Senhores e Senhoras.

É com satisfação que registro o 34º Encontro das APAEs que ocorreu na Cidade de Mal. Cândido Rondon, nos dias 26 a 28,

da semana passada. Foi um encontro que envolveu 1.500 pessoas, entre professores, técnicos, legisladores, alunos e dirigentes.

Trata-se de um encontro anualmente feito para que as APAEs troquem experiências, juntamente também com o Governo do Estado. Compareceram também lá os representantes do MEC, da extinta LBA, da Secretaria da Educação, enfim é um encontro que tem a finalidade única e exclusivamente de trocar experiências na educação especial do Estado do Paraná.

Tivemos a grata satisfação de encontrar lá, prestigiando o encontro do Deputado, nosso colega, Elio Rusch, daquela cidade que tão bem ajuda e prestigia a APAE local, porque sabe do trabalho sério que a APAE desenvolve. A você Deputado Elio Rusch, em nome do Movimento Apaeano do Estado do Paraná, meus sinceros agradecimentos.

Não poderia deixar também de registrar os agradecimentos à Prefeitura Municipal de Mal. Cândido Rondon, na pessoa do seu prefeito Ademir Bier e de sua esposa Roseli Bier, que não pouparam esforços em tempo algum para que todo encontro fosse realizado na maior organização, que é a característica daquela cidade. Ao Prefeito Ademir, a toda sua equipe, sua organização, o seu amparo, o seu apoio que deu para que se realizasse esse encontro naquela cidade, deixo registrado nos Anais desta Casa os sinceros agradecimentos de todo movimento apaeano. E o agradecimento também ao coordenador da Educação Especial do Estado do Paraná, que esteve presente Dr. Nelson, que foi criado esse órgão da Coordenação Especial do Estado do Paraná, pelo Governador Jaime Lerner, para que olhasse com carinho a Educação Especial no Estado do Paraná.

Tivemos a presença também do grande líder do Movimento Apaeano o Deputado Flavio Arns e demais lideranças da Educação Especial do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Senhores sabem pela minha passagem pelo Legislativo Municipal desta Capital, quando o Governador Jaime Lerner era Prefeito ele também deu um grande atendimento a Educação Especial na Cidade de Curitiba e na semana passada, quando tive a felicidade de ter audiência com o nosso governador, ele também deixou bem clara a posição dele quando a Educação Especial no Estado do Paraná e o Governador dizia para mim, Seleme, no meu Governo a Educação Especial terá também um tratamento especial. Essa postura do nosso Governador, o que também em nome de todo o Movimento Apaeano do Estado do Paraná, como membro da Federação Estadual das APAEs, me senti na obrigação de deixar registrado nos Anais desta Casa,

tanto esforço dessas lideranças, tanto municipais e estaduais, como do próprio Governo do Estado.

E deixo também registrado o 35º Encontro Estadual das APAEs, será no próximo ano na Cidade de Campo Mourão. Houve também o 1º Concurso de Artes da Educação Especial neste Encontro na Cidade de Mal. Cândido Rondon. Foi uma coisa inédita na Educação Especial do Estado do Paraná e desse show, desse concurso de artes das delegacias das APAEs do Estado do Paraná foi escolhido a turma vencedora para representar o Estado do Paraná no mês de julho em Salvador, no dia 22 se não me engano. Então fica registrado e a dedicação de todo o governo do Estado e das autoridades que nos ajudaram neste 34º Encontro Estadual da Federação das APAEs no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um orgulho Paraná, Novos Caminhos. Hoje a segurança desse Estado subindo nesta Tribuna e agradecer e parabenizar aqueles que conduzem e fazem um trabalho sério e honesto - jamais um legislador e principalmente os Deputados, poderiam deixar de aqui mencionar e agradecer e parabenizando o trabalho do nosso Secretário da Segurança o Cândido. Parabéns a ele, parabéns a toda sua equipe. E dizer uma coisa: depois de assumir o Governo do Estado do Paraná o nosso Governador Jaime Lerner não é só aqui em Curitiba, não é só quando nós vamos a Maringá, não é só quando nós estamos em Londrina ou se nós estivermos em Apucarana, Campo Mourão, Guarapuava ou Paranaíba... nós vemos hoje, a nossa polícia, trabalhando, contente e alegre porque tem Secretário que coordena, tem um Secretário que é amigo dos policiais hoje dentro da Polícia Civil como da Polícia Militar.

E para dar um exemplo aqui, hoje, a Cidade de Curitiba quando o Governo do Estado assumiu tínhamos, em média, o roubo de 30 carros por dia. E esse número vem diminuindo. E hoje no final do mês de maio, hoje, Curitiba, tem apenas 8 carros por dia que são roubados. Porque a polícia está na rua, está lá trabalhando sob a coordenação de um grande Secretário. É isso que precisa ressaltar quando alguém administra com competência e que quer fazer acontecer as coisas, mesmo com o salário que nós aprovamos de 15%.

Mas estão lá trabalhando, com vontade, com fé, com esperança para engrandecer o nosso Estado, para engrandecer o Governo do Paraná. E para deixar registrado, tam-

bem, agradecer as palavras amigas, as palavras companheiras do nosso Deputado amigo e irmão que esteve lá na Cidade de Engenheiro Beltrão na reunião da CONCAN, o Nelson Garcia que levou o carinho, o aperto de mão sensibilizando-se com os problemas não só de Umuarama, não só de Campo Mourão, de Cianorte e não só lá da terra de Paranavaí do nosso amigo Valmor Trentini, mas sim, o problema do Estado do Paraná junto com essa coligação do Paraná Novos Caminhos.

Trentini, Edno Guimarães e também Mil-tinho Puppio que foi citado pelo Nelson Garcia. Parabéns, Deputado.

É isto aí. Política se faz com companheirismo e você demonstrou a sua grandeza e é por isso que você vem lá na Cidade de Umuarama hoje com 27 mil votos. Parabéns, Deputado, e continue assim. Você é bem-vindo em qualquer região do Estado do Paraná pela política honesta, séria e competente que você faz.

Era isto. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao próximo orador é com satisfação que anunciamos em nosso meio o nosso colega, Deputado, Secretário da Agricultura, Hermas Brandão. Sinta-se em casa, Secretário.

Com a palavra o ilustre Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Uso este espaço, Sr. Presidente, para fazer algumas colocações e até de certa forma um apelo às pessoas que se encontram em greve hoje, os petroleiros. Há um mês o Brasil está parando dia após dia. Nós já sentimos, Srs. Deputados, que hospitais estão em dificuldades diante da falta de gás. Nós sentimos que as transportadoras do nosso Brasil estão encontrando dificuldades em transportar a mercadoria, o produto que se faz necessário a chegar ao seu destino. Nós estamos sentindo que estudantes estão deixando de frequentar os bancos escolares por falta de transporte coletivo devido a falta de diesel. Praticamente todos os segmentos da sociedade, do comércio, da indústria do Brasil estão sendo penalizados de uma ou de outra forma em virtude da greve dos petroleiros.

Não queremos entrar no mérito da questão, dos direitos ou não da greve, mas o que nós temos que lembrar que o direito de um termina aonde começa o direito do próximo. Nós estamos notando e assistindo, lendo diariamente nos jornais ou mesmo na televisão, nas rádios, entrevistas de pessoas que sofrem na pele a circunstância desta greve, greve esta que está penalizando toda a sociedade. E o que mais nos

entristece, Srs. Deputados, é quando nós enxergamos numa fila de seres, sejam homens, mulheres, jovens pessoas de idade, aposentados, enfrentando uma fila de quilômetros para receberem o seu botijão de gás. E quando chega na hora e na vez de receber o seu gás a notícia é que o gás acabou e quem recebe, nós vimos ainda nestas últimas horas, um senhor aposentado quando recebia o seu gás fazia necessário ele pagar um táxi para levar a mercadoria até sua casa.

Nós não podemos conceber isto, Senhor Presidente, Srs. Deputados, e acho que o Tribunal Superior do Trabalho por duas vezes já julgou a greve como abusiva e ilegal e quando a justiça se manifesta, cabe ao cidadão brasileiro respeitar a decisão da justiça, porque se a decisão fosse inversa, se o Tribunal Superior do Trabalho tivesse dado a legitimidade da greve e tivesse atribuído ao Governo do Brasil a reposição salarial, o Governo teria que cumpri-la; e se ele não fosse cumpri-la ele deveria que arcar com as conseqüências que o caso assim o requer. Seria até o caso do impeachment do próprio Presidente da República, aquilo que aconteceu com o ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Agora, a decisão foi correta no nosso entendimento, nós entendemos. Sr. Presidente e Srs. Deputados, que os petroleiros deveriam voltar para os seus trabalhos porque nós sabemos que a greve foi julgada abusiva, ou ilegal. O próprio Presidente da República, e agora ao meio-dia ainda assistimos e ouvimos o Ministro das Minas e Energia fazendo a sua afirmação, existe a possibilidade, esperamos que isso não venha acontecer, as demissões por justa causa, por abandono de emprego. O apelo que nós fazemos neste momento é para que as lideranças sindicais envolvidas diretamente, que estão coordenando esta greve no Brasil inteiro, que retornem aos seus trabalhos, porque o próprio Governo já deixou clara a sua posição, que ele não vai negociar com as categorias enquanto elas estiveram em greve. Mesmo porque o Tribunal Superior do Trabalho julgou a greve ilegal.

Voltemos ao trabalho, cumprimos a decisão da justiça, e cabe a nós brasileiros, como já disse antes, cumprir a decisão para que volte a normalidade. Nós que vimos hoje ainda a própria afirmação do Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, decretando o recesso escolar diante da falta de diesel para o transporte escolar. Nós sabemos que nós estamos na eminência de praticamente uma parada geral no Brasil inteiro, e não podemos concordar com isso. Não queremos entrar no mérito da greve dos petroleiros, mas queremos que o Brasil não pare, não queremos que as pessoas inocen-

tes venham a pagar exatamente por essas consequências.

Concedo um aparte ao Dep. Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró - Nobre Deputado Elio Rusch, venho me somar ao seu pronunciamento quando vejo o meu País, o Brasil, parando, parando por uma greve instalada, uma greve que foi julgada abusiva, uma greve que foi dado a continuidade contra a lei. Vejo o País com falta de óleo diesel, aonde transportadoras estão parando, aonde tratores que produzem alimentos nesse País estão parando, vejo indústrias deixando de produzir por falta de gás, vejo pessoas, famílias na fila de distribuidoras de gás não conseguindo comprar porque não tem; por uma barbaridade que acontece neste País, por sindicatos irresponsáveis que não têm mais domínio da greve que está implantada no País.

São vários sindicatos que existem, cada Estado tem um sindicato, que perderam o controle total. O Governo Federal tem que firmar a sua posição porque a partir da hora que abrissem a mão de uma posição dessa o Brasil parava, não só os petroleiros como todas as outras indústrias estatais e assim por diante estariam paradas.

Espero que esses petroleiros retomem o mais breve possível porque o prejuízo está sendo para o País, está sendo para o brasileiro. E em cima disso eles estão conseguindo sepultar aquilo que eles sempre quiseram, que era manter o monopólio da PETROBRAS. Essa é a maior propaganda que tem o Congresso Nacional para abrir o monopólio do petróleo, e sou a favor dessa posição.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Deputado Elio Rusch, muito obrigado por esse aparte.

Acho que há algumas vertentes com relação a esta questão da greve dos petroleiros. Primeiro, o direito de greve é legítimo, os trabalhadores de greve é roptura, greve não é evidentemente uma ação em que possa se ter na verdade, a menos antes da negociação qualquer tipo de consolidação de acordo que não seja evidentemente após o início da greve. Agora a justiça existe nesse País para intermediar, para dar o veredicto, para dizer das relações entre a sociedade, a menos que não se considere que a justiça seja o ponto de equilíbrio como muitas vezes não é, mas se se considera que na verdade o Tribunal Superior do Trabalho é o órgão, é o Fórum competente para julgar legítima ou ilegal a greve ou não. A partir do momento que houve esse julgamento é claro que deveria ser reavaliado pelos trabalhadores até porque o Governo fica numa situação como poder independente que é da justiça, do Judiciário, de ter que tomar uma posição con-

trária a determinação da justiça.

Agora, gostaria de colocar Vossa Excelência que, embora concorde de que deveria ser reavaliado esse julgamento quando do movimento do Tribunal Superior do Trabalho, embora legítima o direito de greve dos trabalhadores, nós deveríamos também analisar sob o prisma da questão da privatização. No mundo todo nós temos estatais que são responsáveis pela prestação de serviços em países desenvolvidos e que prestam serviços relevantes à sociedade e que não teme esse problema, como muitos querem colocar em favor da privatização. As telecomunicações da França, por exemplo, é um serviço que funciona muito bem. Nos Estados Unidos nós temos estatais que funcionam muito bem.

Há trinta anos atrás essas empresas que eram privadas e que hoje são estatais foram justamente estatizadas porque, por exemplo, falavam que no Petróleo aqui não tinha base petrolífera suficiente para fazer a exploração, não dava para se investir o suficiente para se ter o retorno, razão pela qual foi estatizado. Nós sabemos de greves que não são de setores estatais, no mundo todo, e greves muito mais duras, greves muito maiores como a greve dos caminhoneiros por exemplo nos Estados Unidos que repercutiu no mundo todo e que não tem nada de estatal. Os mineradores do Chile quando fizeram greve não tinham ligação estatal. Quer dizer, o direito à greve é assegurado ao trabalhador quando se sente ele prejudicado.

Agora, concordo com Vossa Excelência de que quando declarado pelo Tribunal Superior do Trabalho a greve ilegal, é evidente que deveria ser reavaliado porque não tem como o Governo Federal tomar uma posição contrária à decisão do Judiciário, caso contrário estaria complicando essa reação independente entre os poderes. Agora, em hipótese alguma gostaria que fosse aliado, e esse não é meu pensamento meu caro Deputado Elio Rusch, a questão da privatização com relação a questão da greve, porque a greve está ocorrendo numa estatal como poderia ocorrer em qualquer setor não estatizado com muito mais força, ainda tendo em vista a situação em que se encontra a questão econômica do País.

O SR. ELIO RUSCH - Por ordem, concedo aparte ao Deputado Edgard Bueno.

O Sr. Edgard Bueno - Ilustre Deputado Elio Rusch, só me somo às suas preocupações e às suas ponderações, e resalto aqui a respeito à Lei. O Brasil tem uma cultura de não respeitar a Lei, e precisamos fazer com que todos os brasileiros entendam de uma vez por todas que a Lei precisa ser respeitada. E o radicalismo que está to-

mando conta até por parte das lideranças que propuseram essa greve. A gente percebe pelas lideranças, principalmente, pelo Sindicato dos Petroleiros que já existe o esgotamento.

Eles já estão procurando uma saída honrosa, para poder terminar de uma vez por todas essa greve, porque eles também perceberam que estão prejudicando a população brasileira. Eles já perceberam que a continuação dessa greve, o radicalismo não vai levar a um bom termo. Por isso é necessário que haja ponderação, por todas as lideranças que comandam essa greve, por parte do governo e dos parlamentares, para que nós possamos dar um fim, nós não podemos mais continuar com a greve, portanto, proponho aqui que se encontrem saídas hoje para poder também de uma maneira respeitosa fazer com que, principalmente, o Sindicato dos Petroleiros possa recuar nesse momento, é necessário para o futuro do Brasil, para o futuro dos nossos filhos.

Não é mais possível agüentar essa greve que tornou abusiva, porque o Tribunal Superior do Trabalho a considerou ilegal. Por isso é necessário então esforços de toda a sociedade para liquidarmos de uma vez por todas com essa greve.

Muito obrigado.

O Sr. Angelo Vanhoni - Deputado, escutei atentamente o seu pronunciamento e tive a satisfação de ouvir o pronunciamento do Deputado Augustinho Zucchi, e que demonstrou através de vários exemplos e argumentou o direito constitucional, direito clássico conquistado pela democracia do mundo todo, que é o direito a greve dos trabalhadores.

No caso brasileiro, no caso específico em pauta da discussão dos petroleiros, eu acho que nós precisamos tentar enquadrar melhor a compreensão desse fenômeno que é esta greve por mais de 30 dias.

Faço uma pergunta. Se está havendo problemas para o Brasil de abastecimento de gás, de petróleo, de gasolina, para que a indústria, para que os serviços, para que a própria sociedade continue a se mobilizar economicamente, nós vamos perguntar o seguinte, Deputado, quem é o responsável por esta paralisação? Serão os petroleiros os responsáveis por essa paralisação, que no mês de junho do ano passado, deflagraram um movimento, conquistaram, na sua data base, no mês de setembro, um acordo com a PETROBRAS, assinado pelo Ministro e logo após assinado também pelo Presidente da República, que previa que a reivindicação salarial pretendida, não seria atendida, mas uma das reivindicações fundamentais de muito tempo, que era os internáveis do seu quadro de carreira, se-

riam atendidos de 12 a 18%, nos vários níveis.

Foi assinado o acordo. Pois bem, logo após...

O SR. ELIO RUSCH - Gostaria de pedir ao Deputado Vanhoni que cedesse o espaço do PT, para que nós pudéssemos dar continuidade.

O Sr. Angelo Vanhoni - Será cedido um pequeno espaço do horário, nós precisamos porque nós temos uma denúncia grave para fazer, mas será cedido um espaço, com certeza.

... logo após o término das eleições, este acordo foi rompido. Os petroleiros reclamaram, houve uma mobilização das forças políticas na sociedade de que não poderia ser rompido dessa maneira. Logo após foi feito um novo acordo, foi assinado novamente pelo Ministro e foi assinado novamente pelo Presidente da República. É uma greve tipicamente trabalhista no entanto os petroleiros vêm hoje a greve, o Tribunal que não é isento e nós sabemos que não é isento, não julgou o mérito do acordo, poderia ter decretado a greve abusiva e ter ao mesmo tempo apontado para o mérito do acordo pelo contrário, jogou os petroleiros num impasse maior e o Governo Federal, irresponsavelmente, se ampara nessa decisão da justiça para proceder as negociações a categoria petroleira, é bom que se diga, porque o ânimo da categoria petroleira é abandonar a PETROBRAS de forma definitiva.

Estão organizando uma demissão coletiva, não será preciso a Polícia Federal fazer inquérito junto com a Procuradoria para levantar os petroleiros que completarem 30 dias de abandono de emprego. Não será preciso. Há uma determinação coletiva, hoje, dos petroleiros, de abandonar por decisão própria, o emprego se não houver uma solução negociada deste impasse.

Então acho que V.Exa. está correto em vir a esta tribuna e fazer um apelo para a negociação deste impasse. Mas este apelo, Deputado, acho que tem que ser dirigido às duas partes. As duas partes: tanto ao Governo do Estado que aponte para uma solução negociada quanto aos petroleiros. Da parte da Federação Única já foi demonstrado que há essa boa vontade de proceder essa negociação, no entanto, a intransigência continua nos núcleos do Poder que querem na realidade, esmagar a classe petroleira para proceder a venda inescrupulosa de um patrimônio público que é o sistema da PETROBRAS, do monopólio do petróleo em nosso País.

O SR. ELIO RUSCH - Com aparte o Deputado Emerson Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Elío Rusch, ouvi atentamente as suas palavras e acho que esperava, exatamente, esse posicionamento com todo o respeito que tenho a V.Exa.. O PFL foi sempre contra greve, sempre dominou o Judiciário deste país. Acho que o pronunciamento é na linha do seu partido mesmo. Nessa linha contra qualquer possibilidade de reivindicação dos trabalhadores de forma justa e apoiando essa decisão injusta da Justiça brasileira.

Mas gostaria de ir para uma outra linha, Deputado. Hoje, era isso que esperava hoje do PFL do Paraná nesta tribuna e não um pronunciamento contra os petroleiros, esperava do PFL do Paraná, neste momento, aqui, nesta Assembléia, um pronunciamento quanto àquela reunião que está acontecendo hoje, em Brasília, e o Presidente da República não conversa com os petroleiros mas está lá, conversando hoje, com uma "gang" de Deputados que estão trocando benefícios na área rural, estão hoje negociando benefícios na área rural, isenções passadas. Os grandes latifundiários, hoje, estão representados numa reunião - atendidos pelo Governo Federal nessa reunião que está acontecendo neste momento em Brasília. E nesse momento em que o Presidente recebe esses grandes ruralistas, esses grandes devedores, estes homens que estão espoliando o país na questão da dívida agrária, cuja maioria absoluta da representação parlamentar é do seu partido. Esperava do PFL do Paraná uma posição sobre essas reunião espúria, de troca de favor, de troca de favorecimento, de troca de cargos, de benefícios em troca de apoio no Governo Federal.

Falar de petroleiro é muito fácil para quem sempre foi mandante do Poder Judiciário e contra grevista. Gostaria de ter uma opinião do PFL sobre essa reunião espúria que está acontecendo hoje, em Brasília, numa troca de favores. A Imprensa tem noticiado isso, claramente, dos pecuaristas, dos grandes agricultores do país que devem fortunas ao Banco do Brasil e ao Governo Federal através de linhas de crédito. Gostaria de um pronunciamento com relação a isso, Deputado. E aí nós inverteríamos: mostraríamos que o Governo negocia com chantagistas e não com trabalhadores que têm dado a sua vida por uma empresa altamente lucrativa como é a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Vossa Excelência passa a usar o Horário do PSDB.

O SR. ELIO RUSCH - Nós temos a agradecer ao PSDB pela concessão do seu horário e dizer primeiro, antes de ceder aparte aos outros Deputados, dizer ao Deputado

Emerson que a posição do PFL é clara. Nós somos da livre iniciativa, somos da abertura do mercado, somos da abertura ao capital. O PFL quer o crescimento econômico do Brasil. O PFL é contra qualquer maracutaia. O PFL junto com todos os partidos, inclusive o seu, quer resolver o problema do pequeno, do médio e do grande agricultor. O PFL quer resolver o problema do Brasil. O PFL não quer fazer demagogia como V.Exa. diz.

Desculpe, Deputado Emerson, mas a sua colocação faz pronunciar-me desta forma. Não posso conceber com suas colocações, em absoluto, porque o que o Brasil precisa é de geração de emprego, o que o Brasil precisa é de trabalho e é em cima disto que nós trabalhamos. O PFL quer sim não parar o Brasil. O PFL quer sim o cumprimento da lei. O PFL quer e exige a quem quer que seja o cumprimento da lei e eu pergunto ao Deputado Emerson: se o Tribunal Superior do Trabalho tivesse concedido a questão ganha para os trabalhadores e se o Governo do Brasil não fosse cumprir a decisão o que a CUT estaria fazendo, o que o PT estaria fazendo? Estariam hoje responsabilizando o Presidente da República. Estariam hoje entrando com impeachment contra o Presidente da República por não cumprimento da legislação.

Nós entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, que o Poder Judiciário, acima de tudo, é o intermediário e cabe a ele a decisão e a ele que nós devemos respeitar e é isto que nós queremos. O Brasil não pode parar e nós não podemos parar. Eu disse no início, Srs. Deputados, que nós não queríamos entrar no mérito da questão da greve. Fizemos e continuamos apelando aos grevistas, assim como à própria CUT e lideranças do PT e hoje de manhã ainda assistindo ao programa Bom Dia Brasil algumas manchetes dos jornais brasileiros aonde o próprio Lula pede o fim da greve.

E a liderança do PT pedindo o fim da greve. Para que se pede o fim da greve? Para que não venhamos a ter uma demissão por justa causa, por abandono de emprego. O Brasil precisa de emprego, o Brasil precisa de geração de empregos e é isto que nós queremos. Como é que vai ficar a situação desses petroleiros que foram demitidos ou que serão demitidos ou que vão se demitir? É a força sindical que usamos no Brasil hoje. Que a greve, como nós dissemos, não podemos afirmar, que não foi com intuito salarial que ela foi instituída, isto nos conformaram. A greve foi instituída segundo nos conste, salvo nos provem o contrário, contra as reformas constitucionais. E por que não abriremos o mercado? Se todos os países do mundo inteiro abriram a sua economia, por que nós não pode-

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Deputado Elío Rusch, agradeço o aparte e só quero lembrar à Bancada do PT: primeiro a greve é ilegal, a justiça é contra e o Governo Federal se propõe a negociar quando eles cumprirem a lei. Segunda: críticas ao PFL: por que é que o Governo do PT de Londrina foi buscar coligação com o PFL e depois de ganhar a eleição...

(Vozes Paralelas)

Terceira: falando em agricultura, bancada ruralista, a bancada ruralista não é só composta por representantes do PFL. Tem Deputados do PSDB, tem Deputados do PDT, do PP, do PMDB. E mais, eles estão lá negociando e reivindicando para o pequeno produtor também que vai beneficiar aqueles que o Partido de vocês defendem. Da onde eles estão fazendo o preço equivalência-produto para financiamentos até 30 mil reais, que vai pegar o pequeno e o mini produtor, a partir disso para o produtor médio os financiamentos irão até cento e cinquenta mil reais, que pega o médio e o grande produtor. Acima de cento e cinquenta mil, que é aqueles que o Deputado acabou de citar, os grandes produtores que roubam o Governo, esses não terão incentivo algum do Governo Federal. Quem vai ter é o pequeno, o mini, o médio e aquele produtor que planta com despesas de até cento e cinquenta mil reais. Então, ele acabou de falar uma inverdade, a Bancada Ruralista está defendendo o pequeno, o médio produtor em Brasília nessa negociação com o Presidente da República.

O SR. ELIO RUSCH - Apenas gostaria deixar claro à Bancada do PT que hoje nós vimos nos jornais que existe uma prefeitura no interior de São Paulo que está privatizando o seu serviço. Então existe uma grande incoerência das afirmações do PT daqui por alguns deputados, e pela atuação dos seus militantes, seus Prefeitos em outros municípios. Cadê a coerência então do PT? Num município privatiza, no outro município o PT que está no Executivo busca pessoas do meu Partido para ser seus secretários, busca militantes de todos os Partidos para integrar seus quadros na administração pública. E por outro lado aqui na Assembléia condenam a posição desses homens públicos.

O Sr. Antônio Belinatti - V.Exa. me concede um aparte?
(Assentimento).

Quero dizer que o nosso desejo é que termine o mais rápido possível a greve dos petroleiros porque o prejuízo é para todo

mundo. Nós concordamos com o raciocínio porque isso aí pode ter alguma articulação de bastidores, até para jogar a opinião pública contra a PETROBRAS no sentido de facilitar a privatização da PETROBRAS. E o que nos deixa triste Deputado é no momento em que a gente prega o diálogo nacional é que o Governo comete uma falha imperdoável no tocante a greve dos petroleiros com as sucessivas mentiras que o Governo prega na rádio, no jornal, na TV, dizendo o seguinte: "quase todas as refinarias voltaram ao trabalho, 80% do abastecimento normalizado, não vai faltar gás".

Aí a gente abre o jornal, a TV, o rádio, aí a gente vê o povo indo comprar combustível no Uruguai, na Argentina, no Paraguai, na Bolívia, o povo comprando gás a 25,00 reais o butijão de 13 quilos, o povo comprando até direito na fila para poder ter acesso ao gás, postos de gasolina fechando às 8:00 da noite.

Então, o que senti no noticiário de ontem à noite é que os petroleiros estavam muito próximos de fazer um acordo com o Governo, bastava o Governo, através de alguma liderança, garantir que não haveria demissões.

Então, senti que ontem à noite o clima era amplamente favorável ao final da greve ainda ontem.

E de repente o Palácio do Planalto endureceu, e um pequeno detalhe que poderia ser ajustado implicou que a greve continuasse. Então, nobre Deputado, quero parabenizar Vossa excelência pela eloquência, bem como os demais Deputados pelo debate acalorado, isso é próprio do Parlamento que nós convivemos, e desejar que o Governo não emita nenhuma notícia falsa a respeito da greve, que o Governo conte a verdade e que através da abertura desse diálogo a gente possa ver o retorno às atividades dos petroleiros.

O que senti é que a grande maioria dos petroleiros deseja voltar ao trabalho. Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH - Nós só entendemos Deputado Antônio Belinatti que existem diversas colocações, nós não sabemos com quem está a verdade.

Existe as afirmações dos grevistas, existe as colocações do próprio Governo.

Ora, se voltou a produção, 40% do petróleo em algumas refinarias, em outras refinarias voltou a produção em 80%, 60% do gás de cozinha também, não poderia estar faltando.

Agora, nós não podemos conceber e acho que ninguém pode admitir isso aí, que essas filas enormes de senhoras grávidas, pessoas aposentadas, que a sociedade brasileira continue sendo penalizada diante dessa greve.

Está na hora de todo cidadão brasileiro e principalmente a quem cabe alguma liderança, a quem cabe a liderança dessa greve, à CUT, ao Sindicato, a obedecer a nossa legislação e o Governo, tenho certeza, e o próprio Governo já disse isso, se os petroleiros voltarem ao trabalho, no mesmo dia ele começa a negociar.

Não queremos entrar na questão - dos acordos feitos em setembro ou em outros meses do ano passado.

Os próprios Ministros já falaram que isso era mentira. O Ministro Ciro Gomes disse que era mentira, que não houve acordo e assinatura nenhuma. Com quem está a verdade? Nós não sabemos. Agora, não podemos admitir que pare o Brasil, que o agricultor tem que continuar produzindo, o agricultor tem que plantar, o estudante tem que estudar, o doente tem que ser tratado, a pessoa tem que se transportar e a mercadoria tem que ser transportada.

A lei existe para ser cumprida.

Obrigado.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, gostaria de ter um minuto para rever a posição colocada em meu nome.

Foi-me feita uma pergunta e eu gostaria apenas de um minuto para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Meio minuto.

O SR. EMERSON NERONE - Deputado Elio Rush, parabéns pela sua colocação quando diz que todos queremos o fim dessa greve.

Deputado Plauto, quero informar a Bancada do PFL, o que está tendo hoje em Brasília não é negociação de futuros benefícios para os pequenos não.

O que está tendo é uma negociata de um grupo de Parlamentares interessados de rever as dívidas passadas.

O Senhor está mal informado e eu gostaria de rever e a maioria dos Parlamentares presente, é da Bancada do PFL nacional.

Essa é a prática pefelista. Isso os Senhores concordam, nós concordamos. Toda a imprensa tem noticiado.

Gostaria de, nessa Tribuna, ver uma discussão sobre isso, com relação à Bancada do PFL e não à greve dos petroleiros, porque nós sabemos, o PFL é contra qualquer manifestação popular, e aliás, respeito as pessoas do PFL, assim como Dona Ruth Cardoso, também acho....

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Faz soar os tímpanos.

Com a palavra o Senhor Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Para prestar um esclarecimento em que pese que a administração de Londrina, do Prefeito Luiz E. Cheida é uma excelente administração...

O SR. PAULO MIRO - Porque o PFL participa.

O SR. ANGELO VANHONI - Quero comunicar ao Deputado Plauto, que o PFL não participa. Ele sentir-se-ia honrado em participar, mas lamentavelmente o seu ..., o seu partido, não participa.

Na próxima, quem sabe, a gente usa os quadros do PFL.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O PFL participa da gestão de Londrina com vários cargos e bons nomes, mas o Prefeito Cheida é um bom nome.

Não vou falar do assunto dos petroleiros.

O que me traz aqui hoje, é um projeto que vou apresentar aqui na Assembléia Legislativa, se possível com a chancela e colaboração do Presidente da Comissão de Educação e Cultura, da Casa, o Deputado Péricles e se algum outro Deputado quiser reforçar esse projeto, que será concluído depois de uma negociação com os órgãos representativos da categoria dos professores estaduais e que atendem a um antigo anseio e desejo de toda essa classe, que é uma mudança, uma melhoria, um avanço na carreira do professor estadual.

Tenho aqui em minhas mãos o Estatuto do Magistério Estadual, onde aparece contemplada a carreira do professor e demonstra que essa carreira é constituída apenas de 5 níveis de referência.

Quando assumi a Prefeitura de Cornélio Procopio, eu me deparei com o Estatuto do Magistério Municipal que regulamentava o relacionamento entre os professores e a prefeitura, os professores enquanto empregados e prefeitura enquanto patrão, e que contemplava uma carreira muito parecida de cinco referências.

Depois de muitas reuniões, de pedidos das professoras e professores municipais, apresentei uma proposta que transformou radicalmente essa expectativa e implantamos uma carreira de treze referências.

Chegando aqui à Assembléia, estudando o Estatuto, vi também que seria possível ao Estado, sem muitos gastos e fazendo justiça a essa classe tão importante e tão judiada, através dos anos, que a classe do magistério estadual.

Qual é o objetivo da mudança, da melhoria do prolongamento da carreira dos

professores estaduais e o que isso vai repercutir em suas vidas.

A gente acompanha uma luta dos professores estaduais, sempre por melhores salários e por melhores condições de trabalho. Acho que essa discussão tem que ser ampliada muito mais no sentido de discussão desse relacionamento entre o Estado e os professores, não só na questão salarial, que muitas vezes encontra limitações de caixa e por isso, essa discussão sobre a carreira.

Hoje, no Paraná, acontece muitas vezes, de o professor ingressar no Quadro Próprio do Magistério Estadual por concurso e muitas vezes ingressando com referências elevadas, como a referência 3, a referência 4, e passado 1, passados 2, 3, 4, 5 anos, no máximo, ele já atinge a referência 5 ou seja, atinge o topo da carreira possível e passa toda uma vida de trabalho, de dedicação, de abnegação, de transmissão de conhecimentos, estacionado naquela referência, sem possibilidade de ascensão e a gente sabe que uma das coisas que estimula bastante o trabalhador, o profissional ao lado de uma remuneração, é a perspectiva da possibilidade do avanço, com o passar dos anos, com a aquisição de mais conhecimentos, mais cursos, mais experiência pela dedicação demonstrada, a possibilidade de poder avançar numa carreira e esse avanço representar um ganho salarial maior e é por isso e é com esse objetivo e esse espírito que eu pretendo apresentar esse projeto de lei, com assinatura dos companheiros.

A minha idéia inicial, seria estabelecer além da referência 5, que exige curso superior e Licenciatura Plena, a Referência 6 e a Referência 7. Não que esse projeto seja definitivo. Ele vai permitir algumas adequações e acomodações em virtude dessas negociações que vamos ter com os representantes dos professores estaduais, mas o que desde já eu peço aos nossos companheiros, é que olham com bons olhos esse projeto.

É um projeto do mais alto interesse para o ensino público estadual. Nós temos que iniciar uma reconstrução da educação pública aqui no Estado do Paraná e essa reconstrução do ensino passa pela valorização, dessa sofrida, porém laboriosa classe dos professores estaduais.

É uma das medidas importantes é realmente a melhoria dessa carreira que está sendo objeto desse meu discurso e desse projeto de lei que daqui a uns dias, estaremos apresentando à Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO - Senhor Presidente, declino, haja vista que o Deputado Elio Rusch usou o nosso espaço e tratou do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Péricles Mello.

O SR. PERICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero inicialmente destacar a presença de Rodrigo Muniz, acadêmico de Direito e Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas e demais membros da Diretoria desse Centro Acadêmico.

Em muitos momentos da nossa vida, não apenas nossa vida parlamentar, é muito mais fácil a omissão, ficar quieto.

Isso nos traz menos problemas, nos deixa escondido atrás do senso comum, mas pode nos trazer graves problemas de consciência a cada um de nós, e por isso seria mais fácil e mais cômodo, não apenas para mim, não apenas para os companheiros da Bancada do PT, mas talvez para todos os Deputados desta Casa a omissão sobre o assunto a que vamos nos referir, mas preferimos falar e não calar mais uma vez.

Esta Casa assistiu uma Sessão Solene que nos marcou profundamente nesse início do nosso mandato Parlamentar. De forma até humilde eu olhava para o meu companheiro Líder do PT Deputado Ângelo Vanhoni, não sabíamos o que fazer naquele momento, nos retiramos calmamente do Plenário para ficar junto com os jornalistas porque era estarrecedor que de repente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se reunisse em Sessão de Gala para fazer a apologia da morte, para fazer a apologia do crime como inexplicavelmente aconteceu a alguns dias atrás.

Já se disse várias vezes que uma sociedade que precisa de nós é uma sociedade infeliz. Talvez o estardalhaço que se fez em cima da morte de três bandidos com um refém ferido em Mal. Cândido Rondon seja uma forma de criar novamente o circo para esconder os vazios sociais profundos no momento que o Brasil passa de exclusão social, de miséria galopante e várias tragédias. Mas só não poderíamos em nome dos ideais humanistas do nosso Partido de deixar de manifestar o nosso protesto para que seja escrito nesta Casa. Tamaña apologia da morte sem que ninguém diga nada em contrário.

Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos sabemos que a polícia, tanto a militar como civil (ou judiciária) é necessária para a prevenção da criminalidade e até como garantia dos cidadãos cumpridores de seus direitos e deveres. Mas, por implicar em uso da violência contra o ser humano, deve a polícia

sempre atuar dentro de parâmetros específicos e regras claras, respeitando, acima de tudo, o direito e as liberdades individuais do cidadão, principalmente porque a Constituição Brasileira consagra o princípio da presunção de inocência da pessoa até prova robusta em contrário e condenação judicial que assim o afirme.

É própria da ação policial, enquanto violenta e de repressão, causar a morte de pessoas, criminosos. Mas estas situações devem ser a exceção, e não a regra, tendo em vista que a possibilidade de cometimento do erro está sempre presente na atividade humana. Nestes casos, onde a morte do criminoso seja indispensável para a proteção dos bens jurídicos da sociedade em geral, o direito acaba por excluir a ilicitude da situação. Mas tais situações de conflito onde a polícia seja obrigada a matar para bem cumprir o seu desiderato não podem ser comemoradas; tais situações são sempre limítrofes, e devem ser socialmente lamentadas, pela perspectiva de radicalização entre valores humanos fundamentais da sociedade brasileira.

Não é possível que em conflitos onde a presença da polícia seja exigida, e que a morte dos criminosos acabe por ocorrer, mesmo que indispensáveis para o sucesso da proteção dos cidadãos vítimas de violência, seja o resultado comemorado num tétrico e diabólico festim necrófilo, onde a celebração da morte, mesmo que de criminosos, vire comemoração cívica. O precedente da comemoração da morte, mesmo que embasada em específica situação onde tal acontecimento seja justo, pode se alastrar e se tornar infeliz e truculento referencial para ações futuras, ações estas que podem vir a resultar em inocentes mortos. O morticínio, qualquer que seja sua origem, devem ser sempre condenado e utilizado como referencial negativo.

No recente episódio de Cândido Rondon, o ideal era de que fossem as vítimas do repugnante seqüestro libertadas e que os criminosos que ali se encontravam praticando o crime fossem presos, e respondessem aos rigores da Justiça Criminal.

E a truculência policial que acima alertamos, infelizmente parte inseparável da história da polícia brasileira, vem ocorrendo em nosso Estado no atual governo, principalmente após o episódio de Mal. Cândido Rondon, que criou uma aura de "intocabilidade" da atividade policial no Estado. Os recentes fatos da visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Município de Apucarana são exemplos de como não deve agir uma polícia dentro de um Estado Democrático de Direito. Foi mobilizado um efetivo de mais de três mil policiais militares, além de tropas de exércitos, para garantir o Presidente contra

"possíveis ataques".

A truculência que ali se assistiu lembrou os tempos mais lamentáveis da Ditadura Militar, que aliás vitimou o nosso atual Presidente da República. Pessoas, cidadãos brasileiros impedidos de utilizar seu direito constitucional de se manifestar livremente, policiais chegaram ao absurdo de intimidar pessoas ameaçando com prisão aqueles que ousassem "abrir a boca" durante o discurso do presidente. Faixas de protestos arrancadas, prisão arbitrária de alguns, impedimento ao direito das pessoas de ir e vir foram a realidade daquele triste dia. Inclusive numa atitude de máximo desrespeito ao cidadão comum, os próprios moradores daquela Vila Rural que se inaugurava foram impedidos de adentrar suas próprias moradias enquanto estivesse o Presidente discursando, e as pessoas que dentro da Vila se encontravam foram impedidas de sair. Tais atitudes são condenáveis, sob todos os prismas da ética e do direito, eis que a arbitrariedade, uma vez iniciada, não encontra limites racionais, desrespeitando todos que não partilham das benesses do poder.

E na Capital do Estado, outros episódios ocorreram que confirmam uma onda de truculência da Polícia Militar do Paraná. Na noite e madrugada da última quinta-feira, dia 25, a Polícia Militar realizou uma blitz nesta Capital, buscando apreender drogas e reprimir prostituição em bares e casas noturnas em geral da Cidade. Além do desrespeito ao direito dos cidadãos que nestes ambientes se encontravam, culminando com a arbitria revista do Vereador Jota Pê, do PDT de Curitiba, um episódio específico desta noite demonstra o desrespeito aos valores de cidadania pela Polícia. Ocorria naquela noite uma Festa no tradicional Centro Acadêmico Hugo Simas, dos acadêmicos da Faculdade de Direito da UFPR.

Sem qualquer tipo de justificativa, suspeita concreta ou mandado judicial, policiais portando armas de fogo de alto calibre, mascarados como se pertencessem ao Grupo TIGRE do Comando de Operações Especiais, invadiram o recinto, intimidando os acadêmicos, advogados e promotores de justiça ali presentes a abandonar o recinto e se postar na parede daquele imóvel para serem submetidos a famosa "geral". É óbvio que a reação dos acadêmicos e bacharéis ali presentes foi imediata, principalmente por ser o Centro Acadêmico Hugo Simas símbolo da luta pelo reestabelecimento das liberdades democráticas no Estado do Paraná. Esta entidade também foi o primeiro passo da carreira política de diversas lideranças do Estado, como o ex-Governador Roberto Requião, o Deputado Renato Jonhsonn, o Deputado e Colega Albanor

Gomes, o atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado Nestor Baptista e, passem, também do Senhor Cândido Martins de Oliveira, atual Secretário da Segurança do Estado.

A atitude arbitrária daqueles polícias que lá compareceram acabou por provocar grande prejuízo a entidade, que, além de outras atividades, financia o escritório modelo para pessoas carentes.

Estes exemplos aqui citados não são para desmerecer nenhum trabalho ou política governamental que venha sendo desenvolvida, na verdade, devem servir de exemplos para que não se repitam atitudes como esta.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Seu tempo está esgotado e V.Exa. passa a falar no Horário das Lideranças do PMDB, que cede seu horário.

O SR. PERICLES MELLO - Agradeço à Liderança do PMDB e concedo aparte ao Deputado Elio Rusch.

Sr. Elio Rusch - Deputado Péricles estamos ouvindo a sua manifestação, e fazendo, lógico, as suas colocações em relação à Segurança Pública do Estado do Paraná. Em relação à segurança, ao Presidente da República, em primeiro lugar, o número que temos não é 3 mil mas deve se chegar em pouco mais do que 600 homens que ofereceram segurança ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Nós sabemos diante de todas as manifestações que existem hoje no Brasil, principalmente liderados pela CUT e seu Partido, aonde o Presidente não é respeitado como Chefe da Nação e respeitado, e recebido com manifestações, nós diríamos que no regime democrático não são concebíveis. As manifestações sim, mas acima de tudo nós devemos ter o respeito com as autoridades constituídas no país. Em relação a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, no que pese no desfecho do seqüestro na minha cidade, só pode testemunhar quem viveu esses momentos dramáticos que viveu a comunidade de Mal. Cândido Rondon e toda a sociedade do Brasil.

Não só concebível de forma alguma nós aceitarmos calados porque nós somos da Cidade de Mal. Cândido Rondon e acima de tudo nós somos humanos também, quando é chamada a força policial para por fim ou intermediar ou negociar um seqüestro que felizmente, eu digo felizmente culminou com a morte dos marginais, porque esses três seqüestradores tem diversas passagens pelas delegacias do Brasil inteiro. Se saíssem com vida lá de Mal. Cândido Rondon na certa dois, tres meses depois estariam soltos e poderia ser a sua família, a mi-

nha família, a família de qualquer um do Paraná e do Brasil que poderia ser a próxima vítima, porque só pode responder quem sofre na carne e não posso conceber, não posso admitir que nós venhamos agora depois de um desfecho feliz, quando morreu quem tinha que morrer e viveu quem tinha que viver e eu disse aqui na Tribuna, não foi só a capacidade, o preparo da polícia do Estado do Paraná. Estava lá também a mão Divina, que se não fosse isto, impossível seria aonde num quarto de 20 metros quadrados, dez pessoa estavam lá dentro e apenas morreu quem tinha que morrer que são os marginais.

Nós sabemos, Deputado Péricles, e agradecemos o aparte que V.Exa. nos deu, agradecemos, mas não podemos concordar. Concordo e digo que a Polícia do Paraná está preparada, mas não queremos entrar no mérito, pode existir algum excesso, de repente até de excesso de autoridade da própria Polícia, mas nós entendemos que a Polícia tem que ser respeitada e o marginal tem que ser punido.

O SR. PERICLES DE MELLO - Obrigado.

De nossa parte nós seguimos uma tradição humanista, Deputado Elio Rusch, que julga o ser humano como resultado de um processo pessoal de construção da própria existência. Ninguém é bom, ninguém é mau. As pessoas se colocam em circunstâncias especiais diferentes. Esta é a tradição humanista. E nós não podemos aceitar em hipótese alguma que sofrimentos individuais, por mais duros que sejam, sirvam para justificar histeria coletiva e tradição fascista e justificação da pena de morte e apologia da morte. É isto que nós condenamos.

Nós respeitamos os policiais militares enquanto cidadãos, mas não podemos aceitar uma ideologia do Governo que o próprio Secretário de Segurança Pública coloca nas atitudes da Polícia e que esta Assembléia Legislativa, infelizmente, se curvou ao homenagear apologia.

Tenho uma posição clara, acho que nós fizemos...

(Vozes Paralelas)

... verdadeiro circo, falava bem, não me esqueço das palavras do Deputado Jocelito Canto, que parecia um filme americano o que aconteceu na televisão. Exatamente. Usa-se o desvio para justificar a violência contra todos e para que o mundo, as pessoas se esqueçam da tragédia social.

Muito obrigado.

O Sr. Sérgio Spada - O PP concede o horário da Liderança do PP com muita satisfação, ao PT.

O Sr. Angelo Vanhoni - Acho que a denúncia

mais grave que o Deputado Péricles está trazendo Deputado Elio Rusch não é única e exclusivamente ao o que aconteceu em Mal. Cândido Rondon, mas é da possibilidade da construção de uma ideologia tipicamente policial que pode ser desenvolvida em alguns atos que estão sendo cometidos pela Secretaria de Segurança Pública, que estão sendo e se tornando lugar comum na nossa sociedade. A invasão por encapuzados do Grupo TIGRE no Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Paraná, uma entidade reconhecida historicamente na luta pelos direitos humanos e pelo estado de direito do nosso povo, a pretexto de ir buscar contrabandistas de drogas, prostitutas, de fazer a famosa blitz geral na Cidade de Curitiba, eu acho que está chegando às raias da loucura.

Não quero entender que a Secretaria de Segurança, através do comando do Secretário Cândido Martins de Oliveira, esteja agora se utilizando da figura do grupo que enfrentou os seqüestradores de Mal. Cândido Rondon para estandarizar a ação policial no Estado do Paraná. Eu não sei com qual objetivo o grupo TIGRE invadiu o Centro Acadêmico Hugo Simas de Direito da Universidade Federal do Paraná, quando lá estavam presentes Advogados, Promotores, estudantes de Direito, numa confraternização típica dos estudantes da Universidade.

Escutem, vamos parar, com qual objetivo? É a denúncia mais grave: uma emissora de televisão foi notificada previamente para acompanhar essa blitz do grupo que emblematicamente está significando a ação da Polícia Civil no Estado do Paraná, que é o grupo TIGRE. Ora, a Polícia Militar e a Polícia Civil Deputado Péricles sabe na Cidade de Curitiba aonde estão os traficantes. Posso dizer, o Deputado Carlos Simões pode dizer aonde situa-se na nossa cidade os bolsões de criminalidade, no entanto nós vimos a Rede Globo acompanhar a ação da Polícia Civil com os mascarados do Grupo TIGRE para fazer uma blitz no Centro Hugo Simas.

Isto para nós deve representar uma afronta cabal ao estado de direito, ao estado democrático. E sem dúvida nenhuma eu acho que a Assembléia Legislativa deve dar um puxão de orelha à Secretaria de Segurança Pública porque senão as coisas daqui para frente podem ficar muito ruins para a sociedade.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Péricles, Srs. Deputados, Sr. Presidente desta Casa, Deputado Algaci Túlio, Deputado Alborghetti, Deputado Carlos Simões, Deputado Ricardo Chab, Deputados que têm acompanhado a ação da polícia no Paraná.

Gostaria de fazer uma denúncia agora,

que faria parte, que vai fazer parte das denúncias que eu trarei na terça-feira que vem com relação, aliás, pedindo uma melhoria das condições de vida para os soldados da Polícia Militar do Paraná. Mas eu quero colocar agora, só para enfatizar, toda essa apologia do comando no Paraná, há anos e anos os Srs. Deputados são convidados para festas que acontecem nos batalhões da Polícia Militar do Paraná, normalmente nas quarta-feiras. Essas festas do comando da Polícia não são denunciadas porque na Polícia Militar os profissionais da segurança do Paraná são regidos pelo Regimento Disciplinar do Exército, o RDE, e há muito tempo a Polícia Militar do Paraná pede que seja tratada como uma polícia de fato, como homens da segurança, como profissionais da segurança e não o são.

O comando do Paraná não deixa nenhum tipo de manifestações se externar, e há muito tempo acontecem essas festas dadas a Parlamentares, jornalistas, a políticos, a Lideranças, etc.. Porque que é que se dá essas festas e com que dinheiro? É com dinheiro que deveria alimentar os policiais militares que servem nos batalhões, isso há muito tempo. O Deputado Algaci Túlio depois que acabar o telefonema, eu gostaria que avisasse o Comando da Polícia Militar do Paraná que isso vai acabar no Governo Jaime Lerner, não porque o Secretário quer, porque nós vamos denunciar isso em todos os lugares do Paraná, e vamos contar a todos os jornalistas, a todos os Deputados, a todos os homens que forem convidados para esta festa, que esta festa é feita com dinheiro que deveria vir para a alimentação daqueles PMs que servem nos batalhões. Srs. esse é o exemplo que o Comando da Polícia Militar do Paraná dá.

Deputado Elio Rusch, acho que o Deputado Vanhoni esclareceu muito bem, nós só não queremos que a apologia de um Estado extremamente civilizado, democrático e policiado seja feito num estado aonde os direitos básicos não são cumpridos, e deixei bem claro aquele caso de Pinhão, e agora esse caso da Universidade Federal vão fazer parte, esses sim, da história do Paraná.

O SR. PERICLES MELLO - Obrigado pelo aparte, Deputado Emerson Nerone.

Na verdade essa é a grande homenagem que a Assembléia Legislativa deve fazer à Polícia, é lutar pelos seus direitos, pelo seu salário, pela sua segurança, pelas suas condições de trabalho e pela sua cidadania, esta sim é a verdadeira homenagem que deve servir de exemplo ao povo do nosso Paraná e do nosso Brasil, e não a apologia doentia da morte e da execução de criminosos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.
PPR. (Declina).
PSC.

Luiz Carlos Alborghetti com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar seria muito hipocrisia da minha parte se eu dissesse aqui que o PFL apoiou o Prefeito Cheida. Na primeira campanha apoiei o Deputado José Tavares, com muito orgulho e com muita satisfação porque tenho ele como particular amigo. Perdemos as eleições para o Prefeito Antônio Belinati. Na última eleição cortaram a cabeça do Deputado Tavares, do Deputado Osvaldo Macedo e de outras lideranças, aí então saiu o candidato Dr. Wilson Rodrigues Moreira e saiu Luiz Eduardo Cheida e saiu Mário Stan Júnior pelo PFL. Três candidatos, venceu no primeiro turno de um lado o Dr. Wilson Moreira, no qual votei, e de outro Luiz Eduardo Cheida.

No segundo turno o Cheida me ligou, foi professor da minha esposa na Universidade e me pediu o seu voto, nos reunimos e confesso que votei em Cheida. Confesso porque minha esposa votou, meus filhos, e agora a minha filha que me deu essa semana um neto, foi o primeiro voto que ela teve foi no Luiz Eduardo Cheida. E não me arrependi, gosto muito do Prefeito Cheida. E durante a campanha no palanque de Wilson Moreira estava o PFL no palanque de Wilson Moreira, no palanque de Cheida estava o Deputado Antônio Belinati e outras lideranças.

Terminou a eleição, o Cheida ganhou com uma esmagadora maioria de votos, tanto é que o Governador Álvaro Dias foi renegado a segundo plano, o Tavares foi renegado, eu renegado, não queriam o Tavares, não me queriam, não queriam ninguém no palanque, não queriam o ex-Governador Álvaro Dias que tinha - não adianta não dizer, não admito mentiras.

O Álvaro fez a zona rural de Londrina e o Tavares é minha testemunha. Asfaltou toda a zona rural de Londrina e foi aonde o Prefeito Wilson Moreira perdeu as eleições, porque nos 5 conjuntos, Wilson Moreira fez 70% dos votos e ali o Cheida fez 60% a 40%.

Quando chegou na zona rural, Wilson caiu para dez e o Cheida explodiu com quase 80% dos votos. Porque perdeu a eleição, o Doutor Wilson Moreira?

Perdeu porque não queria o Senador José Richa em cima do palanque, perdeu porque não queria o Alborghetti, perdeu porque não queria o Tavares, perdeu porque

não queria ninguém. Ninguém. Ele se achava o "Deus todo poderoso" e acabou perdendo a eleição.

E, finalizando, o Prefeito Cheida convidou dois homens do PFL. Por isso é que eu queria deixar patente ao Deputado Angelo Vanhoni.

Convidou Abílio Medeiros, PFL, para ocupar a CODEL.

Convidou o Doutor Nilton Sborg para ocupar a AMETUR.

Uma parte do PFL apoiou Cheida. Uma parte eu digo assim, vamos supor, 100 pessoas do PFL; 90 estavam com o Wilson Moreira, 10 estavam com Cheida e esses 10 que estavam com Cheida, decidiram a eleição para o Luiz Eduardo Cheida, em Londrina.

Fica esclarecido, a bem da verdade, que o PFL faz parte da administração Luiz Eduardo Cheida. Por quê?

Porque o Doutor Abílio Medeiros era particular amigo de Luiz Eduardo Cheida, como eu sou. O Cheida está levando a Pepsi Cola para Londrina, para mim é geração de empregos.

O Cheida é um bom Prefeito como é o Rafael Greca, como foi o Deputado Algaci na ausência, como é o Carvalhinho, na ausência.

Então não adianta eu ser hipócrita. O Doutor Abílio é do PFL, faz parte da administração está fazendo um grande trabalho a pedido do Prefeito Cheida na Companhia de Desenvolvimento de Londrina, e na AMETUR, o Doutor Nilton Sborg está fazendo um grande trabalho que era o sonho da campanha do Prefeito Luiz Eduardo Cheida, que é transformar o esporte amador, aquilo que tanto pede o Deputado Caíto Quintana, nessa CPI do Bingo, injetar cada vez mais nas modalidades olímpicas, como faz o marido da Deputada Irondi Pugliesi, o Waldir que injeta no esporte, principalmente no esporte amador.

Acho que isso é muito importante e só queria deixar patenteado, Deputado Nerone, não é que o PFL coligou com o Prefeito Cheida. Não houve coligação.

O Prefeito Cheida pediu o Doutor Abílio Medeiros e o Doutor Nilton Sborg, são dois do PFL, inclusive me permita dizer a Vossa Excelência ainda, que Doutor Abílio Medeiros é candidato a Prefeito pelo PFL nas próximas eleições de Londrina.

Se for aprovada em Brasília a eleição do Doutor Luiz E. Cheida, é candidato à reeleição, é o grande páreo do Deputado Antonio Belinati, grande homem Antonio Belinati, e depois vem o Deputado Tavares, que é também um grande páreo nas eleições, é inegável, a pesquisa o diz e também tem o prefeito Wilson Moreira que quer retornar à política.

Não sou candidato a prefeito, nasci para ser Deputado Estadual, com muito or-

O Sr. Emerson Nerone - Peço um aparte, Deputado.
(Assentimento).

la lembrar exatamente, tem Vossa Excelência que está no páreo, só não será um candidato em potencial se não quiser.

Gostaria apenas de complementar, aquela hora foi cortada por falta de tempo, era exatamente com relação a isso que ia fazer a última colocação.

Queria me lembrar naquele momento das palavras da Dona Ruth Cardoso, a primeira dama, quando ele disse no PFL existe Antonio Carlos Magalhães, mas também existe o Deputado Krause. Como o PT considera o PFL naquilo que ele próprio se intitula, uma frente liberal, nós achamos que no PFL tem pessoas de fato que, o Deputado Elio Rusch sabe aqui as discussões que temos travado e acho que o senhor esclareceu muito bem de que forma o PFL faz parte da administração do Cheiba, pessoas individualmente, porque no PFL tem Antonio Carlos Magalhães e tem também Gustavo Krause. Concordamos com a Dona Ruth.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só queria dizer, por exemplo, o Deputado Elio Rusch, meu particular amigo e se fosse prefeito de Marechal Cândido Rondon, gostaria de convidá-lo para que ele fosse, eu jamais seria, mas ele tem todo o gabarito para ser prefeito de Marechal Cândido Rondon, como Curitiba teremos vários candidatos, se sai candidato a reeleição, se houver a reeleição, vai ser um páreo grande o Prefeito Rafael Greca, é imprescindível, Tassio Taniguchi, o próprio Deputado Algaci Túlio, o Deputado Ricardo Chab, tantos outros companheiros que temos aqui que pretendem ir a prefeitura.

Não gosto de hipocrisia, Londrina hoje temos vários candidatos. José Tavares é potencial, é um nome querido, respeitado, idôneo, a pesquisa recente da Folha de Londrina lhe dá uma margem de favoritismo muito grande. Não gosto de pesquisas enganadoras, que o Deputado Antonio Belinati é o líder, ora seria hipócrita da minha cara, teria que lavar a cara, tirar a máscara e dizer...

(É tirado o som)

...seria hipócrita da minha cara se disser que o Deputado Antonio Belinati é o primeiro da pesquisa, na última pesquisa tenho 22,5% dos votos das mulheres de Londrina que daria hoje no contingente londrinense quarenta mil votos. O Deputado José Tavares hoje também com um grande contingente de votos, mas na última eleição fiz dezesseis mil votos em Londrina e na Capital fiz vinte mil votos, quer dizer

não pretendo, não me passa pela cabeça, Deputado Nerone, me passa pela cabeça sim, apoiar homens que não tenham partido político pela frente. Tenho sim a vontade política de trabalhar pelo povo de Londrina, de Curitiba, do Paraná e do Brasil.

E ao Deputado Péricles, com todo o respeito, gostei muito da sua postura na tribuna, mas queria fazer uma correção o Grupo TIGRE é Polícia Civil, foi fundado na minha presença e do Deputado Algaci Túlio, na presença do Deputado Ricardo Chab, porque são três carrapichos de polícia que fizeram a universidade do plantão da Delegacia de Polícia, porque para ser carrapicho de polícia você tem que dormir no plantão de uma Delegacia de Polícia, não é ser carrapicho de polícia comprar horário de rádio, fazer campanha política não, sou profissional de imprensa, ganho, sou Deputado das duas e meia até às seis da manhã, das seis da manhã às onze e meia, eu sou um jornalista com muito orgulho e com muita satisfação, como é o Chab e como é o Deputado Algaci. Não sou picareta de televisão e picareta de rádio e aliás tenho uma grande produtora já, graças a Deus, às minhas custas.

Segundo lugar, o Grupo TIGRE foi lançado no Paraná pelo Dr. Adauto, Grupo TIGRE Polícia Civil. Quem invadiu a Casa em Marechal Cândido Rondon foi a Polícia Civil, Grupo TIGRE, assessorado por trás pelo Grupo COE. Outra história, outro lado, de um lado Polícia Militar, de outro lado Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Estadual.

Só estou fazendo uma explicação ao Deputado Péricles, houve um leve engano, de um lado se via aquele movimento na Rede Bandeirantes, na Rede Globo, em todas as televisões, aliás digo até de passagem que a Bandeirantes é que comandou todo trabalho, recebi imagens cedidas pela Rede Bandeirantes. A Bandeirantes fez todo o trabalho. Estou no Horário do PPR que foi cedido agora, só para complementar, Presidente Anibal Khury. Só para deixar uma explicação: quem invadiu a casa e matou quem realmente devia morrer. Porque sou de uma filosofia: entre a família, entre a mãe que gera - porque aquela senhora se jogou em cima da filha e levou 4 tiros. Entre o bandido e a família eu fico com a família. É um ponto de vista meu. Particularmente meu. Fui eleito pelo povo e estou aqui falando em nome de 65 mil 344 seres humanos do Paraná. Acho que bandido bom é bandido morto, e essas 65 mil 344 pessoas que votaram em mim concordam comigo senão eu não teria essa votação.

Grupo TIGRE - usa máscara. Grupo COE também usa máscara. E essa semana fiquei revoltado com o que aconteceu na Capital.

Um determinado senhor da Polícia Militar chamou uma emissora de televisão, uma para fazer uma batida na cidade. Ao entrar num barzinho entrou o Grupo COE da Polícia Militar. Nada com o Grupo TIGRE. Entrou o Vereador JP estava sentado com um grupo de amigos, batendo um papo, afinal de contas ele é homem. Estava num barzinho com seus amigos e meteram a máquina em todo mundo, fizeram todo mundo ficar de pé, mão na parede. O JP não quis se prevalecer da sua autoridade e depois dali, da confusão, eles foram até o Centro Acadêmico - entraram, aprontaram e violentaram os direitos.

Fiquei revoltado. Eles não têm o direito de fazer isso. Não têm o direito de usar truculência, de usar esta forma de violência. Fazer um trabalho sério. Não podem entrar na valentona, dando uma de bacana só porque foram homenageados no Palácio do Governo e na Assembleia Legislativa não lhes dá o direito de praticar a truculência conforme estava trocando idéias com o Deputado Caíto Quintana. Isso não é de direito!

Sou contra isto que está acontecendo hoje na Assembleia Legislativa! Sou contra mesmo! De o Governador chegar lá e agradecer todo mundo pelo trabalho, tudo bem. Fui contra, perdoe-me, seria hipócrita, não concordei com aquilo que aconteceu na Assembleia. Não concordei porque dá o direito de agora eles saírem nas ruas e se acharem os bons e tal... Isso dá o direito à truculência.

O Sr. Péricles Mello - Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Obrigado Deputado Alborghetti, fico feliz com a manifestação da sua posição, porque acho que embora possamos ter posturas diferentes com relação a certas questões, esta crítica a postura da Assembleia Legislativa acho que é fundamental. Acho a que seria uma mancha em nosso mandato se nenhum Deputado nesta Legislatura levantasse a voz para questionar o tipo de ato cívico que fizemos aqui.

Queria apenas justificar que não estou criticando o Grupo TIGRE, sei que pertence a Polícia Civil, citei Polícia Civil e Militar. Estou criticando uma postura ideológica, uma postura de Governo e sempre em meu discurso foi a crítica a essa atitude da Assembleia Legislativa ao fazer apologia da morte, apologia da violência.

Muito obrigado, Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar.

Mas em compensação, Deputado Péricles, o Governador do Paraná cria dia 07, aquilo que tanto o Deputado Elio Rusch está pedindo, aquilo que tanto o Deputado Chab

pede na televisão, eu peço na televisão - na Rede Independência à uma hora da tarde, no meu canal da verdade - aquilo que o Deputado Nelson Tureck, aquilo que o Sudoeste, o Oeste está pedindo, aquilo que debati na Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon, que aguardasse as idéias que estavam sendo plantadas pelo Governo Jaime Lerner no Paraná na área de segurança. E o Governador dizia no meu programa de televisão na semana retrasada - "Alborghetti, aguarde" - e dia 07 agora - falo com a boca cheia e com orgulho - o Governador Jaime Lerner cria no Paraná a primeira Patrulha Rural, para acabar com assaltos a fazendas e cooperativas do Estado do Paraná e começa dia 07 na Região de Marechal Cândido Rondon e tanto é que estamos pedindo, eu, o Deputado Chab, Deputado Tavares, Deputado Algaci, nós que pertencemos a Comissão de Segurança, nós também estamos querendo a Patrulha Anti-drogas no Paraná para combater a violência das drogas nas lanchonetes, nos bares, com viaturas descaracterizadas, com homens especializados, é uma luta minha, do Deputado Chab, do Deputado Tavares, do Deputado Algaci, nós que fazemos rádio, nós que debatemos a área de segurança.

Então, queria deixar patenteado nesta tarde: dia 07 começa no Paraná o primeiro grande programa de segurança, chamado Patrulha Rural, para combater assaltos, assassinatos, violência daqueles que rasgam a Constituição na nossa cara. Começa dia 07 o primeiro grande programa do Governador Jaime Lerner, sem estardalhaço, programa sério, baseado, estruturado, que é a Patrulha Rural, para combater a violência no campo, para combater a violência contra fazendeiros, para combater a violência contra as cooperativas do Paraná.

Muito obrigado, e só quero deixar patenteado um ponto de vista meu, de 65.334 seres humanos do Paraná: bandido bom é bandido morto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença neste recinto, do Prefeito Luiz Grando, de Pato Bragado; do Presidente da Câmara, Miguel Fernando Reicharth, de Marechal Cândido Rondon e Vereador Guido Herpich, de Marechal Cândido Rondon.

Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - A Liderança do PDT não falou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proscede a questão de ordem de V.Exa.

O SR. ALGACI TOLIO - Vou usar a Liderança do PDT e também a do Governo. Senhor Presidente, apenas para comuni-

car à Casa, já que o ato foi fora desta Casa, a Comissão Parlamentar de Inquérito esteve, por volta de 14 horas, no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, onde recebeu do Presidente daquela Corte, ex-Deputado Nestor Batista, um farto material para ser analisado pela Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades no Porto do Paranaguá. Faço o comunicado porque o fato ocorreu fora desta Casa.

Senhor Presidente, talvez não devesse este Parlamentar estar na Sessão hoje, deveria estar neste momento com o Deputado Zuk representando a Assembléia em Florianópolis no Conselho Parlamentar do Sul. Adiei a minha ida em função de um fato lamentável que aconteceu ontem com a perda de um companheiro, de uma pessoa que foi o meu parceiro durante aproximadamente doze anos nos trabalhos policiais. Falo da morte do Fotógrafo Jornalista José Pedro dos Santos, Fotógrafo do Diário do Paraná junto com a minha pessoa, da Tribuna do Estado do Paraná, e como dizia o Deputado Alborghetti, que somos oriundos do Rádio e com muito orgulho, eu, V. Exa., Deputado Ricardo Chab, Deputado Carlos Simões, de enfrentarmos madrugadas de inverno, de madrugadas de chuva, juntamente com esse companheiro tive grandes momentos na reportagem policial, aliás, um momento até que deu o Prêmio Esso a nível nacional a um outro companheiro nosso. E o companheiro José Pedro dos Santos era realmente por demais dedicado, afinal dedicou a sua vida toda a essa função.

Deveria estar eu neste momento lá na Câmara Municipal de Curitiba onde seu corpo até por volta das 16:00 horas estava sendo velado, queria estar pelo menos no seu sepultamento neste momento: mas a função de Líder do Governo, a função de Parlamentar, os compromissos desta Casa hoje me impediram desta tarefa. E por essa razão faço questão de fazer aqui este registro exatamente até pelo fato de que está se travando uma batalha policalesca.

O Sr. Ricardo Chab - Deputado Algaci Túlio, trabalhei com o nosso amigo Pedrinho durante quase dez anos na Tribuna do Paraná e no Estado do Paraná.

Quero me somar ao Deputado Algaci Túlio com relação a dor e a perda. Hoje fui me despedir do nosso amigo Pedrinho pela manhã, do nosso querido e carinhoso "preã", o "preã" quando chamávamos de "preã" virava uma onça. Quero ser solidário as suas palavras e ao mesmo tempo desejar à família, que consiga a família com a união tua, com a minha união, com a união dos amigos, suportar essa profunda dor.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vou apenas lembrar um dos fatos, um acidente com um avião da Sadia em Florianópolis.

Eu e o Fotógrafo Pedrinho saímos daqui, fretamos um avião por conta e chegamos antes dos primeiros socorros lá em Florianópolis, fato que o Jornal Estado do Paraná sempre registra a cada ano quando comemora o aniversário do Jornal mostra uma fotografia e fala inclusive na sua legenda desse fato.

Esse e tantos outros, resgate de uma família que estava nas mãos de um perigoso marginal, famigerado marajá, na Vila Lindóia, quando pediu a presença desse Parlamentar juntamente com o Juiz de Direito. Lá fomos, tirei o Pedrinho da cama e fomos resgatar essa família e prender o criminoso e tantos outros fatos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente, muito embora em certos momentos atendendo o telefone, o Deputado Nerone, a queixa-denúncia feita pela Bancada do PT. Quero dizer que em parte eu me somo à ela, tem a minha coerência política, e não admito exageros, ainda ontem fiz uma denúncia nas delegacias de um exagero feito em cima de um pai de família, de um trabalhador que enfrentou ação truculenta de dois policiais. Mas que certamente não foi a orientação dada pelo Sr. Secretário da Segurança Pública e muito menos pelo Governador do Estado.

Procurei me informar junto ao Secretário da Segurança e ao Comandante de Policiamento da Capital, Cel. Malucelli, me informava o Cel., de que aquela ação verificada no Centro Acadêmico Hugo Simas foi uma ação a exemplo de tantas outras que ocorreram naquela noite, naquela madrugada. Uma delas inclusive que passou o constrangimento o Vereador JP. A Polícia Militar havia recebido uma informação, uma denúncia de que estava ocorrendo muita bagunça, os vizinhos do Centro Acadêmico se queixaram e a Polícia foi fazer a batida juntamente com fiscais da Prefeitura que fiscalizam se um estabelecimento tem o alvará ou não tem, foi o pessoal do Juizado de Menores, porque esta Casa aqui aprovou dias atrás a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a prostituição infantil, o envolvimento de menores e vários casos.

E a Polícia tem feito as batidas normais, pode até ter havido alguns exageros, o Secretário me informava que aguarda do Centro Acadêmico uma denúncia por escrita para que ele possa tomar as providências e até se for o caso abrir inquérito policial militar contra a atuação de alguns policiais. Mas é necessário explicar de que a Polícia está cumprindo com o seu papel. Estamos diante de um crescimento extraordinário da violência em todo o Brasil, fa-

tos lamentáveis acontecendo nessa Capital do Estado, no interior também, e a Polícia não pode fechar os olhos, não pode evidentemente exagerar nas suas operações.

Informava o Cel. Malucelli, que em momento algum foi utilizado o Grupo TIGRE para entrar nesta operação. O Grupo TIGRE e o Grupo do COB só entra em operações especiais a exemplo do caso de Mal. Cândido Rondon, não são utilizados para blitz normais na Polícia, portanto não é verdade a informação, a denúncia feita aqui, ou feita pelos seus acadêmicos de que policiais mascarados foram utilizados nessa operação. Existiam sim, dois motoqueiros, dois policiais que são os que abrem o cortejo à Polícia, que estavam com luvas em função do frio da madrugada de Curitiba e talvez até com uma proteção no rosto que é uma coisa normal, mas que não faziam parte da operação de desarmamento, apenas estavam fazendo a liberação do tráfego, ação da polícia.

Portanto, então, deixo bem claro aqui que não havia na operação a presença de elementos do Grupo TIGRE. Ontem mesmo a operação se fez na Vila Conquista, se fez na Vila Verde, se fez na periferia da Cidade, não ouvi ninguém aqui, nesta Casa, denunciar de que tivesse feito algum exagero lá na Vila Verde. O exagero aconteceu, segundo a denúncia, no Centro Acadêmico. Acho que seria até falta de responsabilidade dos policiais agirem dessa maneira num local onde certamente estariam estudantes, estariam pessoas de maiores envolvimento na cidade. Mas se houvesse esse exagero certamente a partir do momento em que o Centro Acadêmico formulava um relatório, uma denúncia ao Secretário, ele vai tomar as providências necessárias para o caso.

Falou-se aqui que de repente o Secretário está usando como estandarte na sua campanha de segurança o Grupo TIGRE e a condenação da ação do Grupo TIGRE, da Polícia de modo geral na Cidade de Mal. Cândido Rondon. Ora, é um absurdo uma colocação desta maneira. Nenhum aqui é a favor da violência, muito menos quando a violência implica em pessoas indefesas e quando essa violência é praticada por marginais conhecidos, com antecedentes extraordinários, queriam que a Polícia fizesse o quê? Batesse nas costas do marginal e dissesse: "Entregue!"? Ora, quando eles já tinham feito ameaças até de começar a eliminar os primeiros reféns? Não tinha outra alternativa a nossa Polícia, a não-ser entrar daquela maneira. Qualquer um de nós que estivesse, naquele momento, na função de um Comandante daquela operação, não tomaria outra atitude, a não ser aquela de correr o risco até de ter baixa de reféns, mas precisava acabar com aquele situação.

Poderia lembrar alguns fatos do passado e não me lembro que nesta Casa aqui a Bancada do PT tivesse vindo com tanta veemência como veio hoje, na defesa de pessoas que estavam no Centro Acadêmico Hugo Simas.

Lembro-me por exemplo, que há dois ou três anos atrás, houve um grande episódio no interior do Estado, onde três policiais militares foram abatidos pelos "sem-terra". Não vi aqui na Assembléia e até dá para fazer um levantamento nos Anais da Assembléia para ver se consta algum discurso contundente contra a Polícia, mas parece que naquele momento não era interessante falar, porque os "sem-terra" mataram os policiais. Ninguém quer, ninguém deseja fazer apologia do crime, ninguém deseja a violência, mas é preciso neste momento. Fizeram hoje aqui um "cavalo de batalha" em cima de uma operação militar.

Se a Polícia não atua, é porque é inoperante, se atual, é porque atua com exagero, porque não devia fazer.

No Centro Acadêmico, na boate da cidade, na festa da igreja, no campo de futebol, na Vila Conquista, em qualquer lugar a Polícia tem que atuar, sob pena de pagar pela omissão. A onda de criminalidade não pode aumentar a cada dia que passa e a nossa Polícia que é paga, nós aqui que defendemos o salário dos policiais, que não é um bom salário, todos nós reconhecemos, está aí para cumprir seu papel.

Agora, volto a repetir, se houve exagero, tem o canal da Secretaria da Segurança Pública, para o Centro Acadêmico, levar a sua queixa, a sua denúncia e medidas serão tomadas pelo Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.

O Deputado Valdir Rossoni me pede três minutos da Liderança do PDT. Gostaria de fornecer os três minutos para que o Deputado pudesse fazer as suas colocações.

Lamento não poder dar os apartes. Ouvi o que o PT tinha que colocar, colocou e no meu entendimento, colocou até com exagero e ouvimos atentamente e estamos aqui fazendo a nossa colocação.

O Sr. Angelo Vanhoni - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, Anibal Khury, acho que o debate só enriquece essa Assembléia e só enriquece a democracia no Estado do Paraná.

Gostaria de fazer uma sugestão a V. Exa. e ao Líder do Governo, que estipulassem o horário de Liderança em duas etapas, porque é importante que o Líder do Governo traga as posições do Governo e que depois a gente possa debater, porque o Deputado Algaci Túlio desde o começo do ano, utiliza dez minutos no final, quando todos falamos e ninguém mais pode falar depois do que ele fala.

Vamos fazer isso. Vamos dividir isso em cinco, na metade dos pronunciamentos e depois, na outra metade, o Deputado Algaci Túlio pode rebater.

O Sr. Emerson Nerone - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, o Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas está aqui no Plenário e ele poderia esclarecer a Vossa Excelência, uma vez que ele estava lá e que hoje está sendo entregue na Secretaria de Segurança, um ofício, contando o que aconteceu de fato lá e que a grande reclamação do Centro Acadêmico, apesar de que existe confirmação, existiam homens mascarados, além dos de linha de frente e a grande reclamação é a truculência e a forma descabida de invasão, como nos áureos tempos da ditadura militar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente,

outro dia eu conversava com o Senhor e questionava sobre justamente esse fato que o Deputado Vanhoni colocou. Porque não é do Regimento que o Líder do Governo fala por último. Creio que deveríamos estabelecer com os demais horários da Liderança, um horário rotativo. Porque é sempre, na verdade, desvantajoso para que argumentamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como diz o ditado popular: "Um dia da caça, outro do caçador". O partido de Vossa Excelência se divertiu 4 anos aqui no Horário da Liderança.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, o que me traz hoje para fazer um pronunciamento é a questão da criação de municípios. Estava esperando para que quando chegasse ao Plenário, um projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, do Deputado Romanelli e do Deputado Duílio Genari, para que quando chegasse esse projeto, aqui, aí sim faria meu pronunciamento sobre a questão de criação de municípios. Mas, devido uma nota que hoje saiu na Gazeta do Povo, colocando que esse Deputado vem colocando dificuldade na C.C.J., na criação de municípios e, dizendo também, que este Deputado, ao criar dificuldades na C.C.J., ao mesmo cria municípios, tive que adiantar meu pronunciamento para esta data para colocar, rapidamente, porque meu tempo é curto.

Quero, antes de colocar aqui a posição que tenho tomado na C.C.J., dizer o seguinte: sou favorável à criação de município desde que, com critérios. O que estão querendo fazer na C.C.J., e o projeto do Deputado Romanelli, do Deputado Carlos Simões e do Deputado Duílio Genari, simples-

mente estão estuprando a lei de criação de município. Estão querendo fazer com a lei de criação de municípios que não tenham nenhum requisito a ser cumprido, para que se crie município. Desde que o Deputado tenha um trânsito junto aos Deputados e companheiros, aí será criado o município de todas as formas possíveis que os Deputados querem.

Esse Deputado tem se colocado na C.C.J. junto com alguns compaheiros, contra este suprimento do art. 2º da lei de criação de município. Porque mesmo, entendendo, alguns requisitos a serem cumpridos para criação de município, assim mesmo está sendo criado um número excessivo de municípios. E se admitirmos e aprovarmos este projeto dos Senhores Deputados, estaremos dando condições para que se criem municípios que não tenham condições de subsistência.

Queria dizer ao eminente Deputado Romanelli, co-autor do projeto, poderíamos marcar para a semana que vem um debate sobre a questão. Porque me resta, apenas, alguns segundos. Porque este assunto é importante, é palpitante e é de interesse do Estado do Paraná. Mas vou continuar tendo a mesma posição em não deixar que a C.C.J., desde que tenha apoio da maioria dos membros da Comissão, não, deixar que municípios sejam criados sem critério.

Alguns Deputados estão querendo que seu projeto passe pela C.C.J. sem cumprir os mínimos requisitos que constam da lei e não estamos concordando com isto.

Então, quero deixar clara a posição deste Deputado: acho que a criação de município sempre traz um resultado à população, mas não podemos de forma nenhuma, aprovar este projeto que está causando polêmica na C.C.J., porque estaremos caindo no ridículo e aí sim criando municípios, dependendo da necessidade política de alguns Deputados. Sou contra, e marco com o ilustre Deputado e eminente Deputado Romanelli, co-autor do projeto, e estou vendo aqui alguns Deputados que têm interesse em se pronunciar sobre esta questão.

Na próxima semana, vamos nos inscrever no Grande Expediente, vamos travar aqui um importante debate. Hoje, só vim aqui para colocar a minha posição para que não chegue na imprensa a minha posição distorcida, como foi colocada na Gazeta do Povo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Primeiro, informar ao nobre Deputado Rossoni que o termo correto, vernáculo, é estupro e não estupro. Em segundo lugar, não podemos estuprar o vernáculo. E queria dizer o seguinte: na verdade, creio que não é este um termo, um vernáculo que deva constar dos Anais da Assembléia Legis-

lativa, porque não sou estuprador e nunca fui processado pelo crime de estupro, e se apresentei um projeto de lei, foi para revogar um dispositivo que não concordo.

Por isso, queria que Vossa Excelência mandasse retirar dos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspenda-se o estupro e coloque-se violação.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem) - Apenas nesta Sessão, meio tumultuada, no momento em que se debateu muito a segurança, por coincidência ou não, temos hoje a presença do Presidente da Câmara de Marechal Cândido Rondon, Vereador Miguel Reicharth, que foi no dia que culminou com o seqüestro, que transmitiu ao vivo, através da Rádio Educadora, o desfecho desse seqüestro que está aqui na Tribuna.

E por coincidência, também está presente hoje na Sessão, o Vereador Gercindo Abreu, da Cidade de Campo Bonito, e o Secretário do PDT, Alcides, daquela mesma cidade. Naquela cidade que tombaram três policiais. Numa cidade os policiais mataram os marginais e na outra cidade, os policiais tombaram e ninguém defendeu até hoje os policiais que morreram. Por coincidência ou não, para nós é um prazer muito grande recebê-los na Sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Péricles.

O Sr. Péricles de Mello - Senhor Presidente, desculpe-me, mas insisti num aparte ao Líder do Governo e agora o Deputado Elio Rusch aproveitou para anunciar a presença de Vereadores e fazer uma defesa. Gostaria de dizer que em Campo Bonito, o que houve foi uma escaramuça, não com policiais militares, policiais, pois estavam à paisana. Os sem-terra nem sabiam se eram policiais e o PT condenou veementemente a morte desses policiais à paisana, mas não foram policiais.

Agora, o que aconteceu sim, que foi um crime, um ato bárbaro, foi o assassinato do Teixeira, com tudo o que foi feito, desfilando nu, maltratado, agredido, isto, sim.

Então, queria apenas esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a decidir. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do ex-

pediente, indicando os membros da bancada do partido, para compor as vagas correspondentes, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantil. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Angelo Vanhoni, Caíto Quintana, Valdir Rossoni, Sérgio Spada, Nelson Justus e Elio Rusch, respectivamente na qualidade de Líderes dos Partidos PT, PMDB, PDT, PP, PTB e PFL, constante do expediente, indicando os membros titulares para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantil no Paraná. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Angelo Vanhoni, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando os membros do partido na participação nas Comissões Parlamentares de Inquérito. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto que dispõe sobre o acesso gratuito em todos os locais de exibição de programação cultural promovida ou copatrocinada pelo Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. Em **Votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Gostaria de pedir vênias para a atenção dos nobres Parlamentares a respeito do projeto em votação.

Acho meritório e até lamentoso a ausência do Deputado Jocelito Canto para podermos estabelecer o diálogo. Acho meritória a preocupação do Deputado quando o projeto dispõe sobre o acesso gratuito em todos os locais de exibição de programação cultural promovida ou co-patrocinada pelo Estado do Paraná.

E, vendo o projeto, leio no artigo 1º: "Será totalmente gratuito em todo território paranaense o acesso às pessoas com idade superior a 65 anos, mediante apresentação de documento comprobatório, em

locais de exibição cultural e esportiva, promovida, co-promovida, patrocinada, co-patrocinada pelo Governo do Estado do Paraná. Parágrafo 1º: Em nenhuma circunstância ou sob qualquer argumento poderão as administrações dos locais das exposições previstas no "caput" do art. 1º cobrar qualquer taxa extra dos atingidos pelo disposto".

Bom, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que quero colocar é o seguinte: Sempre tive uma postura aqui nesta Casa em doze anos de mandato de muita precaução quanto a esse tipo de benefícios, porque todas as movimentações esportivas, tudo aquilo que gera cobrança, sempre que uma parcela é dispensada do pagamento, reflete, evidentemente para poder manter o custo, no aumento da outra parte que paga. Ora, Deputado Romanelli gostaria que Vossa Excelência ouvisse a alegação até para termos condição de apreciação de um projeto, porque ele está em 2ª votação.

Esse projeto não descreve a questão financeira do cidadão com mais de 65 anos ter totais condições de participar de um evento cultural ou esportivo; e um cidadão de 21, 22, trabalhador de salário mínimo não ter condição de pagar o ingresso. É uma injustiça social e uma discriminação nós estabelecermos por faixa etária alguém que possa entrar ou alguém que não possa entrar.

Fico imaginando como faria, Deputado Algaci Túlio, o Teatro Guaíra por exemplo, ou qualquer outro estabelecimento do Estado, que em recinto fechado com local determinado entra duzentas pessoas, ou trezentas, ou quinhentas, como que se põe à venda, Deputado Alborghetti, um número de ingressos para sustentar o pagamento do custo da promoção que está fazendo. Se você vende trezentos ingressos sobram cem, pode não ir ninguém com mais de 60 anos, mas daqui a pouco se vende trezentos ingressos e aparece trezentas pessoas com mais de 65 anos, faz como? tira para fora aquele que comprou e permite com mais de 65 anos entre? Então, esse projeto não descreve percentual reservado para essa idade, não descreve a condição econômica da pessoa para poder ter esse direito ou não.

E se pensarmos no Teatro Guaíra até seria meio interessante reservar um espaço. Mas um município do interior, que muitas e muitas vezes esforça barbaridade para poder trazer um time da capital, um juvenil da capital para ir lá jogar num estádio, consegue com a Secretaria da Educação, do Esporte, um patrocínio, e é um co-patrocinio, de duzentos, trezentos reais para fazer a publicidade daquele jogo. Mediante a isso, ele acaba tendo que manter portão aberto, sem condição de poder ava-

liar a capacidade de quantos participam ou não. Então, vamos parar com isso, porque acho que é discriminar na idade, e é indiscriminar da mesma forma a situação no instante que não colocamos. Acho que um homem - me permita aqui porque e ocorreu agora - como o cidadão Roberto Marinho tem mais de 65 anos e seguramente tem condições de pagar ingressos aonde ele participar muito mais do que um trabalhador de salário mínimo com 20, 22 ou 23 anos.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TOLIO (Para Encaminhar) - Na verdade quero aqui agradecer o Deputado Caíto Quintana que me poupa de fazer a defesa pela não aprovação do projeto.

Realmente ele não tem nem pé nem cabeça, com todo respeito ao nosso companheiro Deputado Jocelito Canto a quem já comunicamos que o projeto não poderia ser aprovado.

Peço então a todos para que acompanhem o pensamento dessa Liderança e a exposição feita pelo Deputado Caíto Quintana, que me relembrou hoje os seus bons dias de Liderança nessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação do Projeto. Rejeitado.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/95 de autoria do Deputado Beto Richa que declara de Utilidade Pública o "Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Arapoti". COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/95, de autoria do Deputado Sérgio Spada que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor André Antonio Maggi. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/95 de autoria do Deputado José Tavares que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Criança Feliz, com sede e foro no Município de Pitangueiras. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/95 de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário Feminino, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/95 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que obriga a realização do teste HIV, para detecção do vírus da AIDS, nas doações de sangue, de esperma e órgãos humanos para transplante, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 11, de 08.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 043/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por objetivo adequar as doações de sangue para que sejam precedidas de realização do teste HIV anti-AIDS, inclusive nas doações de órgãos para transplantes e de esperma para inseminação artificial.

Como não existe nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental somos pelo parecer Favorável, opinando pela sua aprovação em Plenário, naturalmente depois de ouvida a Comissão de Saúde Pública.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 043/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, obriga a realização do teste HIV, para detecção do vírus da AIDS, nas doações de sangue, de esperma e órgãos humanos para transplante, no Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente à aprovação do referido projeto de lei quanto aos seus aspectos legais e constitucionais.

Esta Comissão de Saúde Pública, através de seu Relator, conforme lhe outorga a competência o art. 56 do Regimento Interno desta Casa, entende igualmente se posicionar favoravelmente, já que é dever do Estado e direito do cidadão ter assegurada sua plena saúde. Além do que, vemos na medida, a enaltecida intenção de atenuar a calamitosa escala de crescimento da AIDS, já considerada a doença do milênio.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

EDSON LINO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/95, de autoria do Deputado Beto Richa,

que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 25, de 28.03.95.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 083/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Beto Richa, o Projeto de Lei nº 083/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 23.05.95.

(aa) O JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/95, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gema, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 28, de 03.04.95.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 089/95

P A R E C E R:

A proposição em exame, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, declara de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Santa Gema", com sede e foro no Município de Curitiba.

Procedidas as diligências solicitadas em relação ao plano de lei em epígrafe e solucionadas as dúvidas advindas de informações constantes do processo, sob exame desta Comissão quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação neste Poder, pelo que emitimos parecer favorável.

Sala das Sessões, em 23.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/95, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paranaity, com sede e foro no Município do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 30, de 05.04.95.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 098/95

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 098/95 de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanuso, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Parana City - APMI - com sede e foro naquele município.

Suprimidas as omissões convertidas em diligência, entendemos agora que a presente proposição atende a todos os requisitos de Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, por isso recebe desta relatoria parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 23.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimentos nºs 1464 e 1482, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1487, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1480, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1485, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1488, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1465, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando seja autorizado, pela Comissão Executiva, a execução das determinações do uso do tabaco no recinto do Plenário, para que esta Casa participe, no dia de hoje, do Dia Mundial Contra o Fumo. **Aprovado.**

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, conforme requerimento na mesa e entendimento com o Presidente dos Trabalhos o Deputado Zuk, os representantes dos bancários do Banco do Estado estão presentes a essa Assembléia e logo após a Ordem do Dia ficou cedido um espaço para que pudesse apresentar aos Deputados uma preleção em relação do que está acontecendo no Banco do Estado do Paraná.

Então gostaria que V.Exa. permitisse, antes que a Sessão termine para que o representante dos bancários pudesse utilizar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A votação dos requerimentos faz parte da Ordem do Dia, mas nós vamos abrir um precedente e vamos conceder a palavra para os representantes do BANESTADO.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Antônio Annibelli conservem como estão. **Aprovado.**

Com a palavra o Senhor Sérgio Ataíde, Representante dos Bancários.

O SR. SÉRGIO ATAÍDE (Representante dos Bancários) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros sindicalistas, estudantes, cidadãos presentes, boa tarde. Sou Sérgio Ataíde, ex-funcionário de carreira do BANESTADO, aposentado e coordenador do Comitê de Defesa do Funcionalismo do BANESTADO.

Acredito que foi uma sábia decisão da assembléia do funcionalismo, de deliberar a nossa vinda aqui a esta Casa. Em primeiro lugar porque vi com entusiasmo que os representantes do povo paranaense defendem o Brasil de emprego e logicamente o Paraná com mais empregos.

Em segundo lugar, porque estamos alertando hoje para uma situação explosiva no BANESTADO, que amanhã pode tomar o caminho da radicalização e não queremos ser acusados de radicais.

Senhores Deputados, ontem a Diretoria do BANESTADO deliberou em reunião o início de uma reestruturação administrativa do banco. Para os Senhores terem uma idéia, essa reestruturação de imediato e pelos jornais, extingue mais de mil cargos.

Nas mesas de negociações, se não alcançarmos as metas propostas pela diretoria, poderão significar de quatro a cinco mil funcionários demitidos no BANESTADO.

Essa reestruturação inclusive de concreto já começa na Direção Geral, com a extinção de nove gerências de divisão, quinze gerências de departamentos e vários departamentos como um todo, ou seja, acabam vários departamentos na Direção Geral e que esses funcionários que vão sobrar na Direção Geral, que serão centenas serão relocados em agências da Capital ou do Interior.

Mas isso é o que a Diretoria, o que a gente sabe pelos jornais, o que a Diretoria fala na mesa de negociações e por esse pequeno fato concreto.

Por outro lado, se integrando a esse processo, a Diretoria para resolver entre aspas o problema de endividamento dos funcionários do BANESTADO, como os Senhores Deputados sabem, é um problema generalizado hoje no Brasil, que até o Ministro Pedro Malan coloca que o preço da estabilização da moeda é a inadimplência e os funcionários do BANESTADO, como brasileiros e vivendo no Brasil do Real, não poderiam

deixar de também estarem inadimplentes.

E a proposta que a Diretoria faz, a proposta da gestão Fayet é de uma insensibilidade e de uma intolerância que mostra que o Presidente do Banco ou desconhece a realidade do funcionalismo do BANESTADO ou por trás ou essa intolerância e insensibilidade é uma manobra solerte para jogar os funcionários inadimplentes e endividados no caminho da demissão, porque o "seu" Fayet revelou na última mesa de negociações que a Diretoria estuda um plano de demissões voluntárias incentivadas.

Então nós achamos que ao não possibilitar que os funcionários do BANESTADO resolvam o problema das dívidas e olhem Senhores Deputados que não estamos pedindo anistia. Não estamos pedindo juros subsidiados. Estamos pedindo condições para pagar a nossa dívida. Achamos que esse plano de demissões voluntárias incentivadas, se articula com a impossibilidade do funcionalismo pagar as suas dívidas. E que se articula, também, o início desse processo de reestruturação administrativa.

É por isso que nós, funcionários, estamos aqui para pedir aos Senhores que chamem o Sr. Fayet. Precisamos saber se realmente é um processo de reestruturação porque passa todo o sistema financeiro nacional ou se é um processo de enxugamento para encolher o BANESTADO, jogar os seus funcionários na rua e privatizá-lo mais adiante.

Isso tem que ser esclarecido, porque para nós, o que o Senhor Fayet, aponta, é que é um processo de enxugamento, de demissões e de privatizações mais adiante. E isso que nós colhemos na nossa interpretação e nos fatos concretos do Senhor Fayet.

Porque nós perguntamos: Por que é que o Sr. Fayet não começou a enxugar pela sua casa, pelo seu gabinete - com vários secretários, vários assessores? Com contratações por empresa como nos têm denunciado, de aposentados ganhando mais de cinco mil reais, e isso precisa ser esclarecido aqui, na Assembléia, ou em outro lugar!

Por que que não começou essa reestruturação privativa pelo seu gabinete? Pela sua Diretoria? Inclusive como faz o Bamerindus que todos os diretores trabalham na mesma sala e têm o "staff" para todo mundo. Não é cada um na sala e cada um com sua "corte", com várias secretárias, vários assessores. E, geralmente, usando o quadro de QPME e vem de fora e depois tem gente que veio de fora, está no quadro QPME no Banestado e vai se aposentar. Não sai mais. Entra num governo e fica 4 anos, 8 anos e se aposenta no Banestado. Outra coisa que a gente não entende é que nessas reestruturações administrativas, feitas inclusive em Santa Cândida, o Departamento

de Recursos Humanos, estratégico para os bancos, num momento que se chama Departamento de Treinamento. Inclusive é estratégico para os funcionários porque a nossa estabilidade está condicionada ao nosso reciclamento de conhecimento constante com as novas tecnologias que são implantadas a cada dia, em novas tecnologias que reque-

rem do funcionalismo, novos conhecimentos. Daí esse Departamento ser importante e entregar esse Departamento a um engenheiro! A colocarem na gerência regional de Londrina um gerente novo que tem como mérito ter feito uma pequena reestruturação na sua agência e posto 40 funcionários para fora! E entregaram por causa disso, uma gerência regional importante em Londrina. Por outro lado a gente vê o Banestado sumir da televisão, sumir da mídia e a campanha dos quinhentos milhões aonde é que anda?

Era bom que os Senhores inclusive percorressem Santa Cândida para escutarem daqueles funcionários, inclusive, graduados, que, para eles, o Banestado está à deriva.

Então Senhores, o que trazemos a esta Casa é esta denúncia, em primeiro lugar, do funcionalismo. Nós estamos desesperançados. Por quê?

Porque não estamos vendo futuro da gente. Estamos desesperados, ganhando mal e endividados. Estamos com medo de sermos demitidos. É preciso fazer alguma coisa. Por outro lado é preciso saber o que a gestão Fayet quer, porque nunca vi na imprensa o Sr. Fayet falar claramente: Eu sou contra a privatização do Banestado. Ele nunca falou isto.

Nós queremos saber, querem enxugar, encolher o Banestado, levá-lo à privatização? Ou pelo contrário, levá-lo a ser o Banco do Paraná no Mercosul, porque se os Senhores não sabem, Srs. Deputados, já existe uma avaliação, o Banestado poderia, de imediato, porque já foi estudada a possibilidade de criar cem agências na comunidade que seria justamente o passo para realocar todos os funcionários que perdessem seus cargos nessa reestruturação.

Portanto, Srs. Deputados, nós pedimos aos senhores que debatam esta denúncia, que tragam o Sr. Fayet a esta Casa pra que ele explique aonde a sua gestão quer levar o Banestado e se é verdade que será pelo Banestado que começará a demissão no funcionalismo do Estado do Paraná.

Muito obrigado, e agora o companheiro Pedro Eugênio queria fazer um relato do nosso Presidente, ele é Presidente interino, sobre o endividamento do funcionalismo do Banestado.

Obrigado.

O SR. PEDRO EUGENIO - Boa tarde, Srs. De-

putados, eu serei bastante rápido, o Serginho já falou bastante.

O que nos traz, Dirigentes Sindicais Bancários e a Comissão de Defesa do BANESTADO a esta Casa é a imperiosa necessidade de relatar aos senhores, e o Sérgio já fez isto, que são os representantes do povo do Paraná, o drama do endividamento e a total falta de perspectiva dos trabalhadores do Banestado hoje.

Então, na verdade, com toda essa política salarial que foi imposta, os trabalhadores do Banestado estão com uma defasagem salarial enorme. Oitenta por cento do funcionalismo do Banestado está endividado com o Banco. Esta é uma situação que está absolutamente constrangedora. O Sindicato hoje recebe visita constante de funcionários do Banco, desesperados com a questão da dívida, estão devendo para o próprio Banco. O Banco hoje está cobrando dos seus empregados de uma forma que não cobra dos seus devedores.

Então o que vimos pedir, Srs. Deputados, é que vocês interfiram, que chamem o Presidente do Banco a esta Casa, que preste esclarecimentos, que seja possibilitado aos empregados do Banco que são um recurso do Banco, que são os trabalhadores que levam o Banco à frente, que esses trabalhadores possam renegociar as suas dívidas como é permitido aos demais devedores do Banco, que se manere a situação pela qual estão passando, porque caso contrário e isto já foi bastante debatido aqui hoje, se não houver uma intervenção, se o Presidente do Banco, se a política do Banco não mudar, não tenham dúvidas, não restará ao funcionário do Banestado outro caminho que não seja o caminho da radicalidade e o caminho da greve, coisa que vocês já discutiram hoje aqui com relação à PETROBRAS.

Então, o que nós estamos pedindo a vocês que são os representantes do povo do Paraná, o povo do Paraná que é o dono do Banestado, que convoquem a Presidência do Banco para esta Casa para prestar esclarecimentos e que se modifique que influenciem para a mudança da política que está sendo colocada hoje no Banco.

Obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, peço a palavra.

(Assentimento)

Para prestar um esclarecimento aos senhores Deputados.

Srs. Deputados, Deputado Caíto, a situação do Banco do Estado resume-se na seguinte situação: nós sabemos que o sistema financeiro todo, em função da estabilização da moeda, em função do plano real, teve um sistema de ajuste, todo o sistema financeiro, todos os bancos, do Brasil inteiro, tiveram que se ajustar à nova rea-

lidade com a estabilização da moeda, sem índices inflacionários. A ciranda financeira sempre trouxe recursos para o sistema financeiro, recursos vultosos, que permitiram construir uma máquina administrativa e serviços para a população, que na realidade de hoje precisam ser reorientados. Nós sabemos disso.

O Banco do Estado do Paraná no nosso entendimento tem uma estrutura enxuta, não tem uma hiper-estrutura. Nós somos ao total, no Brasil inteiro, espalhados por todos os Estados do Sul e do Sudoeste, perto de treze mil funcionários. O que acontece? Os funcionários do Banco do Estado durante os últimos dois anos, três anos tiveram reajustes salariais como os demais trabalhadores, mas tiveram reajustes salariais e a sua condição de vida ficou muito debilitada. O banco adotou uma política em relação aos seus funcionários de permitir um certo endividamento dos funcionários do Banco do Estado. Cada gerente possibilitava que os funcionários, para se socorrer das suas necessidades cotidianas, tivessem limites de cheque-especial acima da sua capacidade de endividamento. Isso porque o salário era pouco e dentro de uma perspectiva inflacionária as coisas poderiam ser acomodadas.

O que acontece? Hoje cada funcionário do Banco do Estado tem um limite de cheque-especial acima da sua capacidade de pagamento. Com os juros explodindo às alturas, como todos nós sabemos que está prejudicando a economia toda do nosso País, com certeza estão hoje os funcionários do Banco do Estado a cada três meses têm a sua dívida quase aumentada em 100%.

Isso trouxe, com o passar dos últimos meses, uma situação de insolvência dos funcionários do Banco do Estado. O que é mais grave Deputado Aníbal, é que de janeiro para cá no sistema financeiro, funcionários do Banco do Brasil, dos Bancos do Nordeste, do Bamerindus aqui no Paraná, a sorte dos funcionários do Banco do Estado nos brindou para que isso não acontecesse, dez suicídios aconteceram no sistema financeiro de funcionários do banco por problemas financeiros.

A situação desses funcionários é muito grave.

Os funcionários do Banco do Estado não estão vindo aqui à Assembléia Legislativa solicitar que a Assembléia gestione o Governo do Estado, ou gestione a Diretoria do Banco para que a dívida seja esquecida.

Para os clientes comuns do Banco do Estado, para os empresários, para as pessoas que têm empréstimo ao Banco e que estão inadimplentes, elas ao entrarem, em carteira de crédito-liquidação, o Banco Central prevê um juro de 1%, alongamento

da dívida de 36 meses.

Na realidade não é isso que nós queremos, os funcionários não precisam entrar em crédito-liquidação.

O que nós queremos é que a diretoria do banco, que acho que já tem, já se apercebeu da importância e da gravidade deste problema, só que não apresentou uma solução que consiga satisfazer.

Então, o conjunto dos funcionários hoje está numa situação de desesperança, mais do que isso. A preocupação, Deputado Anibal, é de que com esse clima de que se institui no Brasil de privatizações, e aí quero recuperar as palavras do Governador Jaime Lerner, que quando estivemos junto com o Presidente Nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, numa audiência com o Governador, fez questão de frisar na frente dos secretários que estavam presentes, de que no Paraná as privatizações não iriam acontecer nas suas empresas, isto é, na COPEL, na SANEPAR e no Banco do Estado, porque o próprio Governador não acredita que esse seja o caminho da privatização das empresas que estão bem.

O próprio Governador disse: "Se tem uma estrada, ou tem uma usina hidrelétrica que o Governo não possa fazer; a iniciativa privada daqui para frente pode fazer?"

Então, nós trabalhamos em parceria".

No entanto, a preocupação em relação ao Banco do Estado é grave, porque a Diretoria do banco, sabendo da dificuldade dos seus funcionários e propondo uma reforma administrativa sem uma meta de captação, sem uma meta de agressividade no mercado, porque vocês sabem: nenhum empresário vai no Banco do Estado com um milhão de dólares para depositar no Banco do Estado; é necessário que os seus funcionários vão atrás, no mercado, na busca dessas contas, na busca desses recursos.

Com o funcionalismo que no dia do pagamento foram onze milhões e duzentos e trinta mil dólares, reais, para pagar a folha de pagamento do Banco do Estado, na sexta-feira caiu o pagamento, Deputado Nelson Justus, na segunda-feira, dez milhões, duzentos e trinta mil reais cobriram os cheques-especiais dos funcionários do Banco do Estado.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte: tem mais de 80% dos funcionários que não recebem para pagar a comida do seu dia-a-dia das suas casas. Tem 80% que cobriu o cheque especial e não pode retirar, ele não tem dinheiro para pagar a escola de seus filhos.

Então a situação é dramática, e a Diretoria do Banco ao propor para seus funcionários a aposentadoria, um estímulo a se aposentar numa situação grave de recessão que o nosso País está entrando, se um funcionário do Estado num estado de deses-

pero entre a optar a pagar a dívida que ele tem com o banco, resolver imediatamente o seu problema e pegar a demissão e seu fundo de garantia, ele vai individualmente pedir demissão. Deputado Algaci Túlio, vai sair do Banco do Estado, vai pedir demissão, vai pagar os sete mil, oito mil reais que ele deve para o Banco do Estado, vai ficar com os dez mil reais no bolso, mas pode ficar quatro ou cinco anos sem emprego.

Então é uma situação grave. Acho que há fórmulas para o Governo e o Banco do Estado alongar essa dívida, não é nenhuma dívida estrondosa. Acho que um pouco de boa vontade e se a Assembléia ajudar nesse sentido de sensibilizar o Governo e a Diretoria do banco eu tenho certeza que a gente consegue uma solução para o problema hoje emergencial dos funcionários do Banco do Estado, que não é lutar pelo aumento de salário neste momento, mas é lutar pela perspectiva de ter a sua dívida alongada e poder sair dessa situação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, quero dizer que acompanhamos com atenção o depoimento dos bancários, dizer de que hoje pela manhã preocupados com essa situação toda, em razão até de pronunciamento feito na semana passada pelo Deputado Vanhoni, estivemos hoje pela manhã no Banco do Estado do Paraná com a sua Presidência, e me parece que estava marcada uma reunião hoje às 11:00 horas da manhã com o Sindicato e a Presidência do Banco.

O SR. ANGELO VANHONI - Foi cancelado pela própria Diretoria do Banco.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós estivemos lá pela manhã e aguardamos para que essa reunião acontecesse.

Entendemos perfeitamente esta situação, sempre aqui nesta Casa procuramos defender os funcionários do Banco do Estado dentro da legalidade, dentro daquilo que merece uma defesa.

Evidentemente que há alguns casos que pelo menos o que foi nos passado hoje pela manhã, e que não devo colocar neste momento aqui, mas colocarei na próxima Sessão da Assembléia, Sessão normal, o esclarecimento por parte da Direção.

A Direção está preocupada, a Direção está encetando todos os trabalhos na tentativa de evidentemente não penalizar, dentro do que a lei permite, agora, são algumas situações, não é a situação geral do Banco do Estado, me passou a Direção. Não é a situação de 13.200 funcionários, mas cerca de 5.000 mil que estariam com alguns problemas dentro da Direção do Banco, e o Banco está tentando de todas

as formas fazer o trabalho que possa regularizar as situações.

Agora, como todos nós que fomos bancários, eu também fui bancário, sabemos que o banco é gerado por leis maiores, e em determinadas ocasiões não há como até se tentar resolver a situação deste ou daquele funcionário.

Então de qualquer maneira eu vou levar ao conhecimento da Direção do Banco, ao Governador do Estado esta reclamação, este pedido que fez o Sindicato, para tentarmos achar um denominador comum.

Acho, Deputado Vanhoni e sindicalistas, acho que neste momento sair pelas ruas com alto falante gritando que o Banco está quebrando, é trabalhar contra o Banco, é pedir que venha a privatização.

O Banco do Estado do Paraná segundo as informações que recebi hoje, está conseguindo melhorar a sua saúde financeira, há boas perspectivas para os próximos meses, e de sorte que sair à rua e falar que o banco está quebrando, é até convencer aqueles que não estão convencidos que o melhor caminho é a privatização.

Além disso, coloca até em situação de vexame até os próprios funcionários, al-

Curitiba, quarta, em 31.05.95

guns até que hoje estão chegando em estabelecimentos comerciais e que de repente não estão tendo crédito liberado. Por quê? Porque a informação que recebe o comércio é de que o banco está falindo, que o funcionário está sendo mal remunerado, que tem dívida no banco. Acho que esse não é o melhor caminho, talvez o melhor caminho seja o diálogo com a Direção do Banco para que a gente possa encontrar um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 01 de junho, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 066,043, 083, 089 e 098/95.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 185/95 e do Projeto de Lei Complementar n.º 036/95.

Levanta-se a sessão.